

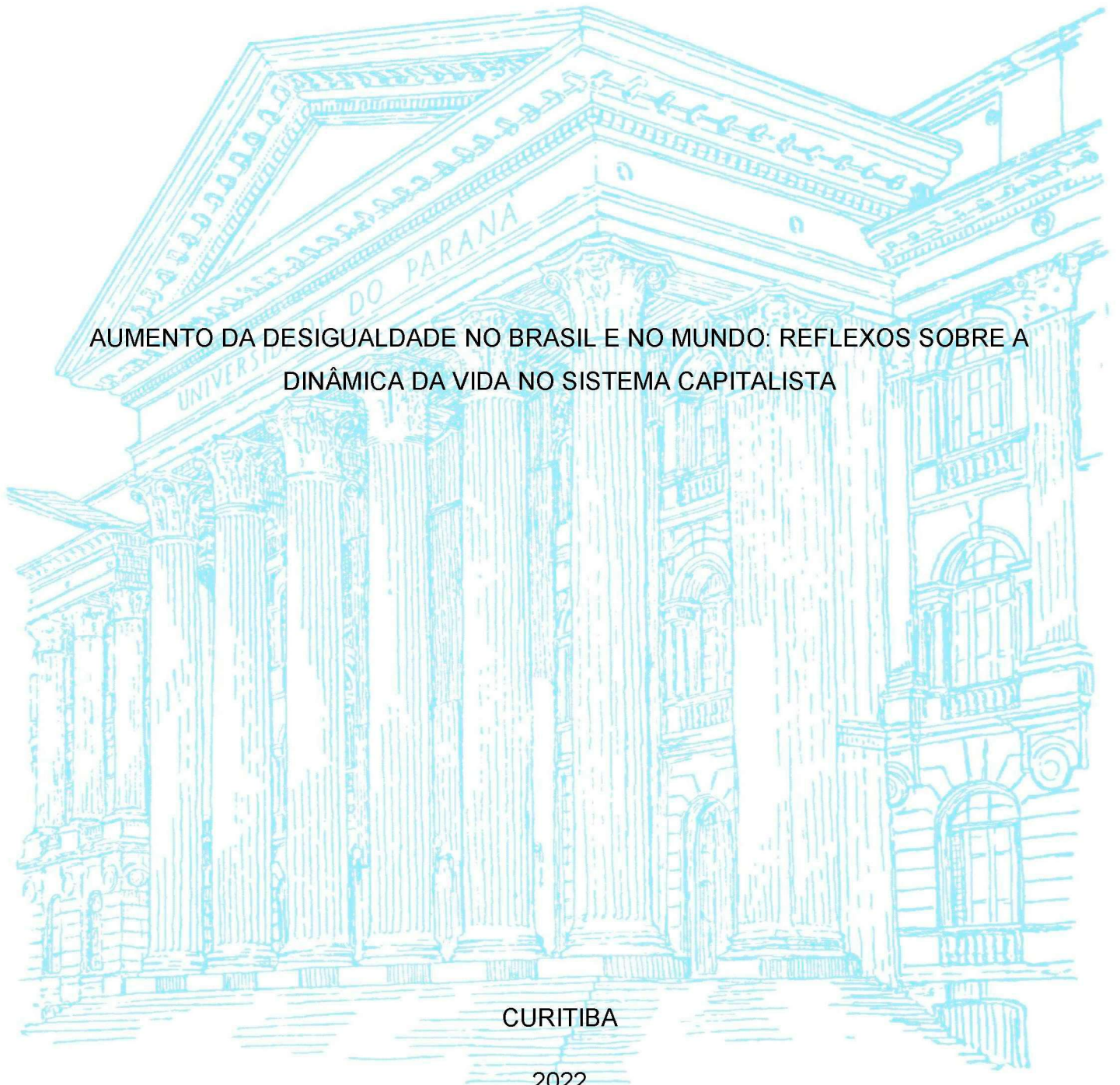
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIUSEPPE MORO BARRA

AUMENTO DA DESIGUALDADE NO BRASIL E NO MUNDO: REFLEXOS SOBRE A
DINÂMICA DA VIDA NO SISTEMA CAPITALISTA

CURITIBA

2022



GIUSEPPE MORO BARRA

AUMENTO DA DESIGUALDADE NO BRASIL E NO MUNDO: REFLEXOS SOBRE A
DINÂMICA DA VIDA NO SISTEMA CAPITALISTA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Welington da Silva Pereira

CURITIBA

2022

RESUMO

A hegemonia do capitalismo fez com que ele se tornasse o principal sistema econômico nas sociedades e como consequência trouxe o aumento das desigualdades no mundo. Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo analisar a evolução da desigualdade no Brasil e no mundo, a partir do contexto histórico da hegemonia do capitalismo como um dos principais sistemas econômicos. Para desenvolver o trabalho, foram utilizadas referências bibliográficas sobre a evolução das desigualdades no Brasil e no mundo junto com trabalhos que analisam os impactos do capitalismo nos costumes das sociedades. Nesse sentido, a evolução da desigualdade é um universo paralelo com o crescimento do capitalismo como principal sistema econômico atuante no mundo. Nessa perspectiva, as sociedades passam a moldar os seus costumes de acordo com as características fundamentais do capitalismo, como por exemplo, a busca incansável pelo dinheiro e pelo sucesso individual, deixando a visão coletiva em segundo plano. Todavia, é feita uma análise também das diferenças conceituais entre desigualdade e pobreza, deixando claro que apesar de serem consideradas “iguais” em certas ocasiões, elas possuem significados diferentes. Por fim, a pesquisa é concluída com um estudo sobre a posição do Brasil em relação ao restante do mundo no quesito das desigualdades, mostrando que o país precisa de muitos esforços governamentais para poder sair do cenário desastroso que se encontra atualmente. Além desse estudo, também é feita uma análise das entrevistas feitas pela Oxfam e Datafolha (2017,2019) que tinham o intuito de compreender a visão da população brasileira sobre as causas, os efeitos, e como combater o avanço da desigualdade no país.

Palavras-chave: Desigualdade. Neoliberalismo. Capitalismo. Pobreza.

ABSTRACT

The hegemony of capitalism has become the main economic system in societies and as a consequence has brought an increase in inequality in the world. Thus, this research aims to analyze the evolution of inequality in Brazil and in the world, from the historical context of the hegemony of capitalism as one of the main economic systems. To develop this work, bibliographic references about the evolution of inequality in Brazil and in the world were used, along with works that analyze the impact of capitalism on the customs of societies. In this sense, the evolution of inequality is a parallel universe with the growth of capitalism as the main economic system operating in the world. From this perspective, societies begin to mold their customs according to the fundamental characteristics of capitalism, such as the relentless search for money and individual success, leaving the collective vision in second place. However, an analysis is also made of the conceptual differences between inequality and poverty, making it clear that despite being considered "the same" on certain occasions, they have different meanings. Finally, the research concludes with a study on the position of Brazil in relation to the rest of the world in terms of inequality, showing that the country needs a lot of governmental effort to be able to get out of the disastrous scenario it is currently in. In addition to this study, an analysis is also made of the interviews conducted by Oxfam and Datafolha (2017,2019) that aimed to understand the Brazilian population's view on the causes, effects, and how to combat the advancement of inequality in the country.

Keywords: Inequality. Neoliberalism. Capitalism. Poverty.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NO BRASIL (1995-2021)

FIGURA 2- CURVA DE LORENZ – BRASIL – 2012/2015/2019

FIGURA 3- TAXA DE POBREZA PARA A LINHA DE US\$5,50 PPC, SEGUNDO PAÍSES DE RENDA MÉDIA-ALTA

FIGURA 4- NO BRASIL, POUCAS PESSOAS GANHAM MUITO DINHEIRO E MUITAS PESSOAS GANHAM POUCO DINHEIRO

FIGURA 5– A DIFERENÇA ENTRE OS MAIS RICOS E OS MAIS POBRES NO BRASIL DIMINUIU NOS ÚLTIMOS ANOS

FIGURA 6- CAUSAS DA DESIGUALDADE

FIGURA 7- É OBRIGAÇÃO DOS GOVERNOS DIMINUÍREM A DIFERENÇA ENTRE AS PESSOAS RICAS E POBRES

FIGURA 8– SAÍDAS PARA A DESIGUALDADE

FIGURA 9- QUEM GANHA MAIS DEVE PAGAR UMA TAXA MAIOR DE IMPOSTOS DO QUE QUEM GANHA MENOS

FIGURA 10- O GOVERNO DEVE AUMENTAR MAIS OS IMPOSTOS EM GERAL PARA GARANTIR MELHOR EDUCAÇÃO, MAIS SAÚDE E MAIS MORADIA PARA OS QUE PRECISAM?

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- RANKING DOS PAÍSES EM RELAÇÃO AO SEU ÍNDICE DE GINI

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 O NEOLIBERALISMO E A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

2.1 O CAPITALISMO NEOLIBERAL

2.2 CAPITALISMO MERITOCRÁTICO LIBERAL E CAPITALISMO POLÍTICO

3 ASPECTOS CONCEITUAIS E CARACTERIZAÇÃO DA DESIGUALDADE E POBREZA

3.1 DEFINIÇÕES, CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES

4 A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL

4.1 BRASIL EM RELAÇÃO AO RESTANTE DO MUNDO

4.2 A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO A DESIGUALDADE

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social surge a partir das relações desiguais de poder entre os indivíduos e os desdobramentos das suas interações sociais. Ela consegue prejudicar a posição de um indivíduo, ou de um grupo, no âmbito da sociedade e no sistema econômico e, por consequência, impedir que possam atingir condições básicas para garantir uma qualidade de vida. Nesse sentido, a liberdade de expressão, de escolha, satisfação no trabalho e acesso aos direitos básicos como voto, saúde, educação, habitação e saneamento são exemplos de condições mínimas para a qualidade de vida que são afetadas diretamente pela desigualdade. Dessa forma, surge e deriva-se a reprodução dos estereótipos como, homofobia, racismo e sexismo, sobretudo aos grupos sociais mais vulneráveis (negros, indígenas, quilombolas e LGBTQI+), nos quais a desigualdade reforça as condições de pessoas de baixa renda, com menor nível educacional que são integrantes de minorias historicamente oprimidas e excluídas da sociedade.

A desigualdade pode ser dividida em três esferas principais: econômica, social e política. Cada uma delas tem uma relação bem próxima com a outra e na maioria das vezes, elas se autoperpetuam. Esses três componentes se comportam de maneira circular. Todavia, um negro que sofre pela má distribuição de renda terá menos acesso à comida, aprenderá menos na escola e isso desencadeará uma menor chance de realização profissional porque as condições para que isso possa ocorrer são piores para esta pessoa. Na economia, o aumento da desigualdade afeta o mercado enfraquecendo a demanda, impactando negativamente a formação de capital humano, que prejudica a produtividade e o tão “desejado” crescimento sustentável ao longo prazo. Já no campo político e social, ela induz uma baixa coesão social, aumento da criminalidade, restrições ao exercício da cidadania, comprometimento da mobilidade social e fomento de posturas protecionistas.

A desigualdade econômica refere-se à concentração de renda e riqueza, e também pode ser chamada de desigualdade vertical. A desigualdade de renda torna-se, a cada dia, um dos assuntos mais importantes a serem discutidos tanto no Brasil como em outros países, onde os níveis de desigualdade têm aumentado muito

nas últimas décadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2018 o índice de Gini¹ chegou a sua máxima histórica de 0,485 em comparação a pontuação de 0,397, de 50 anos atrás, quando o índice foi criado (BANCO MUNDIAL, 2022). Já existem inúmeros trabalhos na literatura acadêmica que tentam mensurar, entender, problematizar e enfatizar a desigualdade. Segundo Levin *et al.* (2012), a desigualdade é um *wicked problem*, que significa uma questão complexa, multicausal com interpretações ambíguas, muitas vezes discordantes e de difícil resolução.

Esse assunto tem ganhado cada vez mais importância no debate acadêmico devido a novos estudos que comprovam o agravamento da desigualdade no mundo todo. Dessa forma, desde a década de 1970 a desigualdade voltou a crescer, sendo os Estados Unidos um dos principais exemplos onde a concentração de renda chegou a patamares maiores que os recordes vistos nos anos de 1910-1920 (PIKETTY, 2014). Devido a esse contexto, é muito importante compreender o motivo da queda da desigualdade entre 1920 e 1970. Um dos fatores muito importantes para a diminuição da desigualdade durante o período informado acima foi o expressivo crescimento de países emergentes, junto com o crescimento dos países ricos entre 1945-1975 graças as políticas econômicas de cunho keynesiano de estímulo fiscal que ganharam espaço durante esse período.

O crescimento econômico visto no século XX, junto com a grande difusão do conhecimento durante todo o período, fez com que o capitalismo ganhasse uma nova forma de sobreviver em relação às críticas que vinha recebendo, desde os pensadores como Karl Marx que acreditava no fim do sistema capitalista. Porém, apesar de todo esse desenvolvimento, a análise sobre a estrutura básica do capital e da desigualdade indica que ela tem se mantido inalterada, dado que a taxa de rendimento do capital vem superando o crescimento econômico e criando uma concentração de renda e riqueza crescente. Portanto, essa concentração tem sido desencadeada por essa estrutura básica do capital e da desigualdade, que vem chegando a um nível extremo, o que pode levar ao descontentamento geral e até ameaçar os valores democráticos tão defendidos nas economias ocidentais.

1 O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

De acordo com dados informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente o Brasil possui um Índice de Gini de 0,543, que pode ser observado através de uma queda nos indicadores de desigualdades somente em período muito mais recente. No início do século XXI, o Brasil parecia caminhar na contramão mundial, ao experimentar uma redução da desigualdade, enquanto os países desenvolvidos experimentaram um crescimento da mesma. A renda média das famílias cresceu mais de 30% e o coeficiente de GINI caiu mais de 10% (SOUZA et al., 2019). Sendo assim, os dados do coeficiente de Gini entre 2002 e 2015 são claros e evidenciam uma queda na desigualdade de renda e um aumento na qualidade de vida em patamares diferentes, como não havia ocorrido antes na história brasileira. Podemos dizer que o aumento do salário-mínimo, a crescente formalização do mercado de trabalho, a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal, por meio de políticas de inclusão social com distribuição efetiva de renda, e a promoção de uma política social integrada explicam, em boa medida, essa transformação. Por esse motivo, a esperança em relação à próxima década do século XXI era muito grande em termos de redistribuição de renda e redução da desigualdade. Porém, ao contrário do esperado, o país perdeu o controle sobre as suas contas públicas, sofreu com escândalos de corrupção e entrou na pior recessão já vista depois da redemocratização. Entretanto, apesar dos problemas citados acima, a desigualdade no Brasil está ligada a problemas muito enraizados e estruturais na nossa sociedade, como é o caso do regime tributário regressivo que penaliza o potencial de consumo dos mais pobres em vez de atuar sobre indivíduos com maior renda e que respondem por uma parcela expressiva da propriedade de ativos no país. Além disso, afirmam que, apesar da diminuição dos indicadores de desigualdade no Brasil durante o período de 2002 e 2015, ao se analisar os dados do imposto de renda, é possível observar que a desigualdade não diminuiu tanto assim, pois, embora a renda das classes inferiores tem aumentado durante esse período, a renda da classe mais alta também aumentou, fazendo com que o espaço entre elas não se alterasse (ARRETCHE,2018).

O aumento da concentração de renda nos dias de hoje e, por consequência, o agravamento da desigualdade, tem levado o capitalismo a um caminho sem volta. Pode-se observar que pela primeira vez a prosperidade privada está sendo garantida para um menor número de pessoas desde a primeira revolução industrial

(1720-1840). Portanto, as gerações recentes têm cada vez mais propensão a serem mais pobres que seus pais e, conseqüentemente, serem mais ricos hoje do que as gerações futuras.

A partir desse contexto e problematização, o objetivo geral dessa pesquisa é discutir o aumento da desigualdade no Brasil e no mundo desde o início dos anos 2000, tal como suas características e reflexos sobre a dinâmica da vida no âmbito do sistema capitalista. Assim, a partir dessa problemática, busca-se discutir, brevemente, como os costumes e modos de vida têm sido moldados, impositivamente, a partir da dinâmica prevalente no funcionamento do capitalismo neoliberal. Para alcançar o objetivo indicado, tem-se como objetivos específicos:

a) Discutir o avanço da desigualdade socioeconômica nos últimos 20 anos a partir de um contexto em que o capitalismo neoliberal redefine costumes e perspectivas da vida na sociedade mundial;

b) Apresentar uma discussão conceitual e teórica sobre desigualdade e pobreza e como elas se relacionam;

c) Apresentar a evolução de indicadores que apresentam o aumento da desigualdade no cenário brasileiro e compreender a percepção da população brasileira, nos seus diferentes grupos de renda, sobre temas relacionados à desigualdade a partir dos trabalhos de CAVALCANTE (2020) e OXFAN (2017,2019).

Portanto, além da introdução e considerações finais, o trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma análise sobre desigualdade econômica no cenário mundial e, também são analisadas as características do capitalismo que regem o funcionamento do sistema econômico mundial. Já no segundo é feita uma análise conceitual entre desigualdade e pobreza. E no terceiro capítulo apresenta-se uma análise sobre a desigualdade no Brasil e uma comparação com o mundo. E comenta-se sobre a percepção da população brasileira em relação à desigualdade através de uma entrevista feita pela Oxfan Brasil junto com o Datafolha.

2 O NEOLIBERALISMO E A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Nos últimos anos as desigualdades voltaram a crescer novamente nos países mais desenvolvidos a partir de 1980 (PIKETTY,2014), no mesmo período em que as políticas neoliberais mais agressivas começaram a ser impostas como políticas de governo em países como Estados Unidos e Reino Unido. Nessa perspectiva, o Brasil também passa por um momento de aumento da desigualdade nos últimos 30 anos, na mesma época em que as políticas neoliberais começaram a ganhar maior espaço em planos de governos, como foi no caso do governo de Collor (1991-1992), seguido por Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995–2003).

De acordo com o estudo feito pelo Banco Credit Suisse, mostra-se que 1% da população brasileira detém 49,6% de toda a riqueza no país, enquanto em 2000 eles possuíam 44,2%. Portanto, não se pode negar que houve momentos de queda nessa concentração, como o caso de 2010 quando esse valor era de 40,5%, mas é muito preocupante observar esse aumento tão rápido (CREDIT SUISSE,2022). Por esse motivo é bem importante entender se esse evento seria uma coincidência ou se o capitalismo neoliberal pode ser um dos causadores do aumento da desigualdade.

Sendo assim, com o objetivo de discutir mais acerca das implicações do capitalismo neoliberal, nesse capítulo discute-se as características do capitalismo neoliberal e como elas podem afetar o aumento da desigualdade. Mas também, apresenta-se como os costumes da sociedade estão sendo moldados pelo capitalismo neoliberal e como a reprodução desses costumes podem levar a um mundo mais desigual. Por fim, apresentam-se as divisões do capitalismo entre meritocrático liberal e político, sobretudo a partir do trabalho de Milanovic (2020). Esses dois tipos de capitalismo têm marcado, cada vez mais, implicações sobre as políticas econômicas dos diferentes países atuando sob o sistema capitalista.

2.1 O CAPITALISMO NEOLIBERAL

A concepção do denominado capitalismo neoliberal surgiu em 1947 pelo economista Friedrich August von Hayek, entretanto esse tipo de capitalismo ganha realmente importância a partir do final da década de 70. A característica principal era que o mercado fosse uma peça-chave para a organização da sociedade. Portanto, com a tendência econômica vigente em um mundo cada vez mais globalizado junto com o fim do acordo de Bretton Woods e a perda de confiança no pensamento keynesiano, essa visão de política econômica começou a ganhar força durante os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Sendo assim, o neoliberalismo busca uma desregulamentação total da economia, através de controles públicos menos rígidos das atividades sempre buscando a diminuição do papel do Estado na economia, deixando o mercado como regente das políticas econômicas. Para os pensadores neoliberais, ao diminuir o gasto do Estado com políticas sociais e obras públicas, há uma automática diminuição dos impostos que, por consequência, estimulam as atividades produtivas. Portanto, a partir desse tipo de visão, um Estado regido pelo mercado seria o caminho para o aumento da produção, que impulsiona um aumento na geração de vários postos de emprego e levaria a efeitos sociais positivos. Para o neoliberalismo, o indivíduo é a peça mais importante da economia, a competição entre eles e a valorização da liberdade de comércio são pilares de sustentação desse pensamento.

O capitalismo liberal foi sofrendo alterações conceituais durante o tempo. Ele pode ser dividido em três tipos, a partir de traços distintos: o capitalismo clássico do Século XIX, o capitalismo social democrático, que teve importância durante o período do fim da segunda Guerra e o começo dos anos de 1980 na Europa Ocidental e na América do Norte, e o capitalismo meritocrático liberal, que perdura até os dias de hoje. Como todo sistema capitalista tem uma característica essencial, sendo que a divisão de renda líquida entre os donos de capital e os trabalhadores, é um dos principais fatores que distinguem os diferentes tipos de capitalismo e como essas classes se ligam, se sobrepõem, ou não (MILANOVIC, 2020).

Para entender como a desigualdade vem crescendo ao longo dos anos é necessário entender algumas das suas características que estão presentes no

capitalismo neoliberal, sendo elas: a) o crescimento da parcela total do capital na renda nacional; b) a remuneração através do capital e do trabalho; c) casamento preferencial (homogamia); d) a taxa de retorno mais alta para os ativos dos ricos; e) transmissão maior de renda e de riqueza de uma geração a outra. Essas características serão explicadas a seguir.

Bowley (1920 *apud* MILANOVIC, 2020) em seu ensaio, afirmou que as frações da renda relativas ao capital e ao trabalho são sempre mais ou menos constantes, essa afirmação ficou conhecida como Lei de Bowley. Entretanto, podemos observar que no Reino Unido, no período de 1770 a 2010, a fração do capital sofre uma variação de 20% a 40% da renda nacional, e na França, entre 1820 e 2010, a oscilação foi ainda maior: entre menos de 15% nos anos 1840 e 45% nos anos 1960 (PIKETTY, 2014). Já no período pós Segunda Guerra Mundial, a distribuição percentual mostrou-se mais estável, reforçando o estudo feito por Bowley. Porém, a partir do fim do século XX, a fatia do percentual referente à renda do capital na renda total vem crescendo. Essa tendência está aparecendo tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Esse crescimento demonstra que o capital e os capitalistas estão ganhando mais importância em relação ao trabalho e aos trabalhadores, usufruindo, portanto, de um maior poder econômico e político. O crescimento da parcela de capital também afeta diretamente em uma maior desigualdade entre os indivíduos, pois ele afeta a distribuição de rendimento entre as pessoas, já que os indivíduos que retiram grande parte da sua renda de capital supostamente são ricos, e essa renda de capital está concentrada na mão de poucas pessoas (MILANOVIC, 2020).

Outro aspecto muito importante a ser pontuado é a ligação entre ser rico em termos de capital (receber grandes quantias de capital através da própria renda do capital) e ser rico em termos de trabalho (receber renda a partir do seu trabalho). No capitalismo clássico e no social democrático, o indivíduo “rico” obtinha uma pequena parcela da sua renda através do trabalho, e com isso a desigualdade, apesar de alta devido ao grande retorno obtido pelo capitalista que geralmente possuía grandes parcelas do capital e o retorno sobre esse capital era bastante alto, não era agravada. Já no capitalismo meritocrático liberal há uma característica muito única onde as pessoas ricas, em termos de capital, também tendem a ser ricas em termos de trabalho.

Um exemplo simples com dois grupos de pessoas, um “pobre” e o outro “rico”, deixa isso bem claro. O grupo pobre tem no conjunto uma renda baixa, e a maior parte de sua renda provém do trabalho; no caso do grupo de ricos, é o oposto. Pense na situação 1: os pobres têm 4 unidades de renda vinda do trabalho e 1 unidade de renda vinda do capital; os ricos têm 4 unidades de renda do trabalho e 16 unidades de renda do capital. Neste caso, a pessoa farta em capital é, de fato, rica, mas a quantia de sua renda vinda do trabalho é a mesma da do pobre. Pense, agora, em uma situação 2: tudo continua igual à situação 1, com exceção da renda dos ricos proveniente do trabalho, que passaria a ser de 8 unidades. Eles continuam sendo fartos em capital, pois, diferentemente do que ocorre com os pobres, a maior parte de sua renda total vem do capital (16 de 24 unidades = 2/3); mas agora são também ricos pela renda do trabalho (8 unidades, ante apenas 4 no caso dos pobres) (MILANOVIC, 2020, p.25).

Nesse sentido, essas pessoas precisam trabalhar para continuar recebendo seus altos salários. Entretanto, por questões de herança ou até poupança realizada por elas mesmas, possuem acesso a ativos financeiros que fazem com que elas tenham retornos sobre a renda também bastante elevados, fazendo com que a desigualdade seja aprofundada.

A próxima característica do neoliberalismo a ser analisada é a homogamia. A homogamia é um modelo de matrimônio que vem ganhando força nos últimos anos. Esse tipo de matrimônio é um processo em que indivíduos têm a preferência de escolher um parceiro que possua características semelhantes à sua, em relação a nível social, idade, etnicidade e religião. Esse tipo de casamento está ganhando força nos últimos anos. Ao comparar pessoas que iriam casar-se nos EUA dos anos 1950 e nos dias de hoje, observa-se que em 1950 o homem rico tendia a se casar com mulheres do mesmo status social que ele, mas, quanto mais rico fosse o marido, menos provável era que a esposa trabalhasse e ter o próprio rendimento. Hoje em dia, os homens mais ricos e bem formados tendem a se casar com as mulheres mais ricas e bem formadas que irão, provavelmente, trabalhar e gerar renda pelo trabalho igual ou maior que o próprio homem (MILANOVIC, 2020). O processo da homogamia faz com que se tenha um avanço da desigualdade entre as classes sociais, pois pessoas que possuem maior renda têm a perspectiva de casar-se entre elas fazendo com que haja uma acumulação de capital. Entretanto, apesar de um período em que a desigualdade aumentará devido à homogamia, chegará um momento no qual os índices de acasalamento preferencial e da participação na força

de trabalho chegarão a um limite e os efeitos do aumento da desigualdade que podem cessar, fazendo com que esta se estabilize, mesmo sendo em um patamar mais elevado (MILANOVIC,2020).

Outro importante ponto a ser abordado como característica do aumento da desigualdade é entender que a taxa de retorno dos ativos das pessoas ricas têm propensão a ser maior que a dos ativos de pessoas pobres. Para usar como exemplo, a riqueza de quem não está nas classes mais altas está altamente concentrada em imóveis, e geralmente esse “investimento” está alavancado, o que quer dizer que, a classe média se endivida para conseguir comprar esses imóveis (MILANOVIC, 2020). A mesma coisa pode ser observada no Brasil, onde 65% dos investidores da poupança, levando-se em consideração que a poupança tem um dos piores retornos de rendimento em comparação a outros ativos, são investidores da classe C e que possuem uma renda média de R\$4.400,00 – valor que ainda é bem alto em comparação com a renda *per capita* média divulgada pelo IBGE de R\$1.367,00 (ANBIMA, 2020). Essa informação nos faz concluir que, apesar do relatório da ANBIMA (2020) considerar a classe mais pobre de investidores com uma renda de R\$4.400,00, mostra que muitas pessoas, por volta de 56% da população nem sequer fazem alguma aplicação em um ativo financeiro, sendo que desses 56%, 74% informam que não fazem investimentos por ganharem pouco. Em comparação, as classes mais altas representam mais da metade das aplicações em outros produtos financeiros como ações, fundos, ativos de renda fixa e etc, que têm propensão de obter melhores rendimentos que a poupança (ANBIMA, 2020).

Se os ricos superam sistematicamente as classes mais pobres, em um longo prazo a diferença da taxa de retorno seria um fator que traria uma maior desigualdade. Portanto, podemos entender que a taxa de retorno dos ativos adquiridos pelos indivíduos mais ricos possui um risco maior, e por consequência, um prêmio pago mais elevado, devido ao risco maior. Como o indivíduo rico tem a possibilidade de alocar várias quantias de recursos financeiros nos mais variados tipos de ativos, ele acaba realizando um “Hedge” da sua carteira. Assim, mesmo que uma ação tenha uma grande queda durante o período, ele possui outros ativos que compensam essa queda. Essa diversificação é muito mais complicada de ser feita com menos dinheiro, e por esse motivo, o indivíduo pobre acaba por optar por ativos que tenham menos risco e, também, menos retorno (MILANOVIC,2020).

Outra vantagem que os ricos obtêm na hora de realizar aplicações é a gama de produtos que ele terá acesso. Por ter um valor considerável a ser aplicado, o rico terá acesso a produtos mais rentáveis, além de excelentes consultorias com pessoas qualificadas do mercado para saber onde melhor investir pagando uma remuneração baixa por unidade monetária investida. É importante ressaltar, também, que o rico terá uma vantagem fiscal nesse processo, pagando a mesma taxa de imposto para um investimento independentemente do valor, o que faz com que os impostos fiquem mais diluídos nos ganhos auferidos. (MILANOVIC, 2020).

Por fim, outra característica muito importante do capitalismo neoliberal e que anda de mãos dadas com a desigualdade é a transmissão intergeracional de renda. Essa Transmissão Intergeracional de renda supõe que se os filhos de pais ricos tendem a ser igualmente ricos e filhos de pais pobres tendem a ser igualmente pobres, a desigualdade é transmitida através das gerações. A transmissão intergeracional de renda é identificada como característica da desigualdade ligada às oportunidades, fazendo com que o indivíduo não tenha as mesmas possibilidades que outro indivíduo para se desenvolver economicamente devido à sua situação de renda, questionando o ideal do “sonho americano” amplamente divulgado em todo o mundo após a Segunda Guerra (PERO,2008). Atualmente, o Brasil se encontra entre os países com a maior imobilidade de renda do mundo (PERO, 2008), mas o problema não existe somente aqui. As pesquisas nos Estados Unidos mostram que a mobilidade intergeracional tem, de fato, diminuído. Utilizando uma amostra de duplos pai-filho e pai-filha e comparando um grupo nascido entre 1949 e 1953 com outro nascido entre 1961 e 1964, DAVIS e MAZUMDER (2017) detectaram uma mobilidade intergeracional significativamente menor no caso do segundo grupo, o mais importante a se observar foi que a diminuição mais significativa da mobilidade se dá a partir de 1980, quando a desigualdade começa a ganhar corpo e crescer novamente nos Estados Unidos, dando a entender que a alta desigualdade de renda e a baixa mobilidade intergeracional tendem a caminhar juntas.

Após analisar essas características do capitalismo e como elas afetam a desigualdade é importante analisar também como os indivíduos moldaram seus costumes a esse sistema econômico e como esses costumes também podem impactar no aumento da desigualdade.

O capitalismo fez com que o dinheiro fosse o ativo mais importante existente no mundo. E com ele o ser humano poderia, independentemente de sua cor, etnia, religião ou status social, melhorar as suas condições de vida, dando a impressão de que quanto mais dinheiro, mais poderoso um indivíduo pode ser. Ao definir uma hierarquia pela quantidade de riqueza, o indivíduo é estimulado a começar uma busca incessante por dinheiro. Entretanto, essa busca imparável pelo dinheiro pode levar o ser humano a realizar comportamentos amorais (SMITH, 2015).

Frente a todo o quadro exposto até aqui, chega-se a um lado obscuro do capitalismo. Nota-se que o capitalismo tem uma característica muito única em relação a outros sistemas econômicos. Para obter sucesso, os indivíduos dependiam de se autoestimular através das formas mais egoístas e gananciosas de comportamento, e poderia até não aparecer, devido à necessidade de relação com outros indivíduos, tornando-se puramente falsidade ou hipocrisia. Marx também acreditava que existia uma ligação entre a ganância e o capitalismo. Para ele, a ganância é um produto histórico e não natural do indivíduo e está diretamente ligada à existência do dinheiro (MARX, 2011).

Pode-se dizer que para que o capitalismo continuasse a evoluir como principal sistema econômico, dois fatores tiveram um papel fundamental, segundo Milanovic (2020). Segundo ele, primeiro, a religião teria restringindo o comportamento ganancioso e egoísta do ser humano (em argumentação que destoa do que acreditava Max Weber quando estudou a dinâmica do capitalismo a partir do protestantismo). E, em segundo, a ideia de um contrato social que fazia com que o capitalista investisse grande parte da sua renda excedente e não gastassem toda sua riqueza com ele mesmo.

Entretanto, essas duas restrições perderam enorme importância no capitalismo neoliberal e globalizado de hoje (MILANOVIC, 2020). Segundo Bruge (2019), esses resultados estariam diretamente associados a pesquisas que mostram que as pessoas indicam não possuir mais religião, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. Em um mundo globalizado e volátil atualmente, as pessoas estão, cada vez mais, criando relações artificiais, descredibilizando todo o contrato social e as regras de respeito ao próximo colocadas pela igreja. Essa perda de poder do contrato social e da religião está ligada a duas características das

sociedades capitalistas modernas: a atomização e a comoditização, segundo MILANOVIC (2020).

A atomização demonstra a troca que vem ocorrendo entre o que era antes produzido em casa pela família e agora é encontrado para comprar ou alugar no mercado. Atividades como limpar, fazer jardinagem, preparar comida e cuidar de bebês, idosos e doentes eram fornecidas “gratuitamente” em casa nas sociedades tradicionais e, até muito recentemente, nas sociedades modernas. Essas atividades eram um dos principais motivos da existência dos matrimônios (MILANOVIC, 2020). Entretanto, com a possibilidade de comprar esses serviços fora de casa, cada vez menos há um estímulo para compartilhar a vida com outras pessoas. Não é à toa que no Brasil dados mostram que as famílias estão encolhendo cada vez mais. Em 2012, a média de integrantes das famílias brasileiras era de 3,0 indivíduos, bem próximo do tamanho mínimo (PNAD, 2012). Isso mostra que cada vez mais as pessoas estão preferindo viver sozinhas a ter um convívio com outras, já que é possível comprar as nossas necessidades no mercado.

Já a comoditização leva o indivíduo a comercializar os seus ativos, até mesmo o seu tempo livre. O crescimento da Gig economy, que se refere ao mercado de trabalho sob demanda, com trabalhadores temporários e sem vínculo empregatício e empresas que contratam para serviços pontuais (por exemplo os entregadores do IFOOD), acelerou esse processo de comoditização nas sociedades modernas. Isso quer dizer que o indivíduo de hoje em dia pode comercializar o seu tempo de lazer entre suas jornadas de trabalho trabalhando como Uber ou entregador de comida. A comoditização faz com que o custo de oportunidade de atividades que eram anteriormente gratuitas se torne positivo e isso faz com que o indivíduo passe a pensar que essas atividades são bens ou serviços. Portanto, será necessária uma força maior para deixar as oportunidades passarem e não tentar beneficiar-se delas (MILANOVIC, 2020).

A comoditização surge, primeiramente, na agricultura, quando os excedentes passam a ser comercializados, ultrapassando a agricultura de subsistência. E o próximo quesito "comoditizado" foi a produção manufatureira, principalmente de roupas, que antes eram feitas pelas próprias famílias e passaram a ser vendidas no mercado em larga escala. Na Revolução Industrial ocorre a

transição quase integral da produção caseira para o trabalho assalariado, aumentando drasticamente o número de horas trabalhadas por ano, caracterizando a revolução industrial como responsável pelo aumento não só de produção, mas também pela maior dedicação da força de trabalho (DE VRIES, 2008). Seguindo uma linha histórica, atualmente ocorre a comoditização dos serviços e do tempo livre, como explicado anteriormente.

Ao "comoditizar" o que antes não era comercial, contribui para levar as pessoas a realizarem diversos trabalhos. Entretanto, isso leva a uma caracterização do mercado de trabalho onde ele é totalmente flexível, com pessoas saindo e entrando de empregos a todo o momento, sendo isso algo valorizado socialmente (MILANOVIC, 2020). Ou seja, a leitura neoliberal favorável a esse contexto contribuiu para que as pessoas passassem a desejar esse tipo de inserção precária no mercado de trabalho – afetando os seus costumes e visão de mundo. Um problema central nesse tipo de flexibilização do mercado de trabalho é que ele atrapalha as relações humanas. As pessoas ficando menos tempo em seus empregos não têm o incentivo de criar relações de confiança com as pessoas com que interagem.

Há não muito tempo um indivíduo não tinha tanta mobilidade pelo mundo. Provavelmente trabalharia perto de onde morava e isso faria com que ele convivesse com o mesmo ciclo de pessoas praticamente a sua vida toda. Essa proximidade faria com que todos em sua volta tivessem conhecimento dos seus atos e para não ser “rejeitado”, o indivíduo deveria agir seguindo os padrões de respeito impostos na sociedade (MILANOVIC, 2020). Atualmente, vêem-se pessoas que trabalham para empresas de outros países através do *Home Office* ou viajam incansavelmente pelo trabalho e, também, observa-se uma propensão em ficar menos tempo em seus empregos, mudando com maior frequência. Isso faz com que o indivíduo tenha uma rede de conexões muito vasta. Entretanto, isso cria ilusões, pois na verdade as relações pessoais se tornam bem mais artificiais, desmontando toda aquela cadeia de respeito vista no caso anterior, por falta de empatia de um indivíduo com outro. Para os economistas, ao criar relações artificiais, o indivíduo não se envolve nos chamados “jogos repetidos” (MARTINS, 2008). Caso não sejam executados esses jogos repetidos, o ser humano não cria relações de confiança e

ajusta seu comportamento com o objetivo de ter somente uma única interação artificial com o outro (MILANOVIC,2020).

Como esses mecanismos de restrição perderam força com o avanço da globalização, o papel das leis ganhou mais importância. Isso não quer dizer que não existiam leis anteriores à globalização. Entretanto, como o comportamento das pessoas não está mais sendo restringido pelos mecanismos internos do ser humano, o papel da lei no controle social aumentou (MILANOVIC,2020).

Portanto, não é mais possível esperar que ricos se comportem de maneira ética para não inflamar as grandes massas, simplesmente pela sua consciência de classe. Ou seja, será necessária a atuação das leis para que não haja uma exploração exagerada da classe dominante sobre as classes mais debilitadas economicamente da sociedade (RAWLS, 2016). Ao não existir um comportamento moral por parte do ser humano que só estará do lado da legalidade se for regido por leis, permanece-se diante de um caso de “terceirização da moral” (MILANOVIC, 2020). Ao realizar uma terceirização da moral, o indivíduo busca estar sempre o mais próximo da ilegalidade, testando o limite das leis e até ultrapassando, caso não sejam pegos. Essa atitude é muito prejudicial no âmbito da discussão sobre a desigualdade, pois faz com que a pessoa passe por cima de outra pessoa sem sentir nenhum remorso, caso não seja impedida pela infraestrutura institucional vigente.

2.2 CAPITALISMO MERITOCRÁTICO LIBERAL E CAPITALISMO POLÍTICO

Como já foi dito anteriormente, o mundo é regido atualmente pelo sistema econômico capitalista. Entretanto, devido à configuração histórica e política de certos países, características únicas dentro do capitalismo surgiram fazendo com que o capitalismo se dividisse em duas vertentes, o Capitalismo Meritocrático Liberal e o Capitalismo Político (MILANOVIC, 2020).

O Capitalismo Meritocrático Liberal começa a ganhar espaço a partir do começo do século XXI nos Estados Unidos. Ele é um terceiro tipo de capitalismo, vindo após o Capitalismo clássico predominante no Reino Unido antes de 1914 e do

Capitalismo social-democrático que surge após a Segunda Guerra nos Estados Unidos e Europa. O seu nome define como os bens e serviços são produzidos e trocados (capitalismo), como eles são distribuídos entre indivíduos (meritocrático) e quanta mobilidade social existe na sociedade (liberal) (MILANOVIC, 2020).

Suas principais vantagens são o respeito à lei e o conceito de que todos têm chances iguais de sucesso, com base no talento e trabalho árduo. Entretanto, uma falha sistêmica e não conjuntural no capitalismo meritocrático liberal é a concentração exagerada da renda pela classe dominante. Com isso ocorre um estímulo da classe dominante em investir no controle político para melhorar o seu poder econômico e garantir a continuidade do seu domínio ao longo do tempo (ALBUQUERQUE, 2021).

É, também, importante frisar outra característica negativa, a qual se refere à combinação de alta renda do capital e do trabalho feita pela classe dominante e favorece o aumento da desigualdade, mostrando mais uma falha do capitalismo meritocrático liberal. O liberalismo traz muitas virtudes em suas características, entretanto não tem como objetivo principal colocar a sociedade em um caminho menos desigual em relação à riqueza (ALBUQUERQUE, 2021).

Portanto, o Capitalismo meritocrático liberal tem como característica ser uma verdadeira máquina de produção de desigualdade social com alto ou baixo crescimento econômico. O indivíduo neste sistema econômico está sendo estimulado a buscar o sucesso através do seu próprio mérito e trabalho, dando a entender que todos têm a mesma possibilidade de qualquer outro indivíduo na sociedade, entretanto isso não acontece na vida real. Devido às suas características de participação crescente da renda do capital no produto líquido; alta concentração da propriedade do capital; acumulação de capital através da renda do capital e do trabalho; homogamia e transmissão de vantagem entre gerações, tudo isso faz com que o capitalismo meritocrático esteja estimulando o aumento da desigualdade (MILANOVIC, 2020).

Após analisar o capitalismo meritocrático liberal, entra-se no campo do capitalismo político. Esse tipo de capitalismo possui três características principais: burocracia eficiente, onde há um corpo técnico extremamente preparado; ausência do Estado de direito, que favorece a corrupção e prejudica os direitos dos cidadãos;

e autonomia do Estado, onde políticos administram o bem público e fazem as empresas seguirem uma linha predeterminada (MILANOVIC, 2020).

Esse tipo de capitalismo é muito prejudicado devido ao custo de oportunidade entre corrupção, crescimento econômico e aparato estatal forte. Em primeiro lugar, haveria uma contradição entre a imparcialidade da burocracia e a aplicação discricionária da lei. Em segundo lugar, a corrupção ocorre de forma recorrente dentro do capitalismo político tornando-se até uma característica do sistema (MILANOVIC, 2020). As massas somente tolerariam esse comportamento amoral através de um *trade-off* muito perigoso entre crescimento econômico exponencial e grandes escândalos de corrupção (ALBUQUERQUE, 2021). O melhor exemplo para esse tipo de sistema capitalista seria a China, que a partir do governo de Deng Xiaoping (1978 – 1992) passou por reformas econômicas e de abertura da economia que resultaram em elevados crescimentos nas últimas décadas. Entretanto, a política continua contendo somente o Partido Comunista Chinês que através da burocracia e Estado forte comanda as políticas econômicas (MILANOVIC, 2020). Com o entendimento das diferenças entre os dois tipos de capitalismo existentes hoje no mundo, um dilema surge sobre qual tipo de capitalismo terá mais sucesso no mundo. A vantagem do capitalismo liberal, é a democracia, com ela, é possível que más políticas sejam revistas devido ao processo de tomada de decisão. (ALBUQUERQUE, 2021).

Por outro lado, o capitalismo político traz um projeto de administração mais eficiente da economia e maiores taxas de crescimento (MILANOVIC, 2020). Entretanto, essa afirmação é um pouco precipitada, pois o único caso de sucesso de crescimento econômico em uma sociedade regida pelo capitalismo político foi a China, e considerar que países menos estruturados que elas tenham as mesmas taxas de crescimento pode ser imprudente. Políticas mal feitas e gerenciamento pouco eficiente não tem correlação, e países em desenvolvimento podem ser levados a adotar o modelo de desenvolvimento chinês com a esperança de altas taxas de crescimento, mesmo não havendo uma causalidade, até agora, entre o capitalismo político e altas taxas de crescimento (ALBUQUERQUE, 2021).

Para MILANOVIC (2020) os dois caminhos são possíveis para o futuro do capitalismo. O meritocrático liberal depende de como será sua evolução nos

estágios mais avançados, podendo ser chamado de capitalismo popular, onde haveria uma concentração de capital e riqueza menor, uma desigualdade menor e por fim uma mobilidade de renda maior entre as gerações. Outro caminho poderia ser a combinação entre o capitalismo liberal e político. Essa combinação já vem ocorrendo aos poucos nos dias de hoje e teria a essência no desenvolvimento do capitalismo liberal para um sistema governado pelos ricos. (ALBUQUERQUE,2021).

A desigualdade, portanto, teve um grande avanço durante a hegemonia do capitalismo como principal sistema econômico. Devido às suas características, o capitalismo moldou novos costumes em uma sociedade que atualmente acredita na meritocracia como principal chave para o sucesso individual, sempre vendendo a ideia de que no capitalismo todos possuem as mesmas oportunidades, mesmo que essa afirmação não seja verdadeira no mundo real. Características desse capitalismo fizeram com que a desigualdade chegasse a máximas históricas, trazendo-a novamente ao centro do debate econômico.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS E CARACTERIZAÇÃO DA DESIGUALDADE E POBREZA

Apesar de andarem juntas e muitas vezes serem até comparadas, a desigualdade e a pobreza são variáveis bem distintas. Segundo o Adriano Gianturco, “a pobreza é um conceito absoluto no que se refere aos indivíduos, e a desigualdade se compara aos outros” (MILLENIUM, 2018, não paginado)

Por esse motivo a pobreza está mais ligada à privação do que é necessário para o bem-estar do ser humano no aspecto material, como a alimentação, vestimentas, habitação e demais ativos. Entretanto, a pobreza também condiciona o indivíduo mais vulnerável a ter uma dificuldade muito grande de participação na sociedade. Os indivíduos denominados “pobres” podem ter dificuldade na obtenção de atendimento médico, água tratada, fornecimento de energia elétrica, educação de qualidade e entre outros. (ZAMPIERI, 2020).

Já a desigualdade, como explicada anteriormente, diz respeito às diferenças entre grupos específicos, e a sua relação com a estrutura política, econômica e social. Portanto, as dificuldades de acesso condicionadas pela pobreza podem estimular aumentos nas desigualdades, sobretudo no referente à renda.

Com intuito de discutir esses elementos, este capítulo procura entender as definições, conceitos e interpretações da desigualdade e da pobreza.

3.1 DEFINIÇÕES, CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES

A Pobreza é um fenômeno multidimensional onde existe uma falta do necessário para o bem-estar material do indivíduo. A falta de voz, poder e independência dos pobres que os sujeita à exploração; a propensão à doença; à falta de infraestrutura básica, à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e à maior vulnerabilidade e exposição ao risco são alguns exemplos de necessidades básicas desprovidas pelo indivíduo pobre (CRESPO, 2002).

Entretanto, a discussão sobre o que é definido como pobreza está em permanente mudança no discurso público, fazendo com que ela seja um fenômeno complexo e de difícil mensuração, não podendo entendê-la somente pelo enfoque quantitativo (ZAMPIERI, 2020).

A partir do século XIX até a década de 1950, a ideia de pobreza estava relacionada a um déficit nutritivo dos mais pobres devido a sua renda não conseguir suprir a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Já em 1970, o conceito de pobreza esteve mais ligado à falta de necessidades básicas como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Em 1980, a pobreza passa a ter um novo entendimento, relacionado a uma “privação relativa” do indivíduo. Portanto, o indivíduo pobre não teria um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados. Em paralelo a esse entendimento, surge um conceito nos EUA que acreditava que o bom funcionamento do mercado tornaria as economias dos países mais prósperas que, por consequência, acabaram beneficiando os mais pobres (CRESPO, 2002).

Nos anos de 1990, o conceito da privação relativa tem uma evolução significativa em seus conceitos devido a um dos seus principais pensadores, o indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1999. O pensador inclui novas variáveis ao modelo e apresenta um enfoque para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida, dando a entender que ser pobre não é somente uma privação material, e que essas privações determinarão o posicionamento do cidadão nas outras esferas da vida.

Historicamente, existe um grande incentivo dos grupos dominantes em manter as grandes massas na pobreza, estimulando a manutenção de um estoque elevado de mão de obra barata. E, para que isso ocorra, os indivíduos não podem desenvolver seu senso crítico, e devem estar focados em sua atividade laboral, o máximo de tempo possível, para que reste somente o tempo de descanso necessário para manter sua saúde e para consumir o que a mídia determina, utilizando todo seu poder de compra. O objetivo é criar escravos pela dominação ideológica, que no capitalismo é vender uma falsa ideia a esses indivíduos que eles serão livres (ZAMPIERI, 2020).

Entretanto, não podemos afirmar que a pobreza surge com o surgimento do capitalismo. Na Bíblia já existiam relatos sobre as condições precárias e sub-humanas que certos povos passavam. A exploração do homem pelo homem existe muito antes do sistema capitalista, e se deu por diversas formas. Populações já foram mantidas em condições extremas de existência, com alimentação precária, opressão constante, pouca ou nenhuma escolarização (ZAMPIERI, 2020).

Apesar de a pobreza estar ligada a causas de falta de elementos básicos para sobrevivência como a falta de alimentação adequada à falta de escolaridade, a falta de moradia, ou moradia precária, falta de oportunidade, falta de trabalho, falta de conhecimento, a pobreza também está ligada a uma condição cultural de aceitação do indivíduo em ser pobre. Essas causas culturais seriam a pobreza de espírito, a falta de visão sobre o futuro, falta de percepção sobre o entorno (seu meio, a sociedade em que vive) e sobre possibilidades que esse entorno pode proporcionar. (ZAMPIERI, 2020).

Confúcio em suas falas já acreditava que pobreza de espírito existia, ele afirmava que “Pessoas superiores exigem tudo de si. Pessoas inferiores exigem tudo dos outros” (Confúcio *apud* ZAMPIERI, 2020, não paginado). Alguns autores como ZAMPIERI (2020) tem uma visão mais radical, e acreditam que mesmo o Estado provendo uma condição mínima para que o ser humano possa começar a ter uma independência e crescer na vida, muitos optam por se manter recebendo somente o valor mínimo de assistência já fornecida pelo Estado, desistindo da busca por uma vida mais próspera e de sucesso.

Outra linha muito estudada é como as condições geográficas onde cada indivíduo é inserido pode levar a diferentes níveis de pobreza. Lugares com mais dificuldades geográficas, como frio, topografia, água em escassez levam as populações a buscarem melhores soluções para sobrevivência da espécie. A Inglaterra era um país desprovido de vantagens geográficas, cheia de rochedos e poucas áreas para produção agrícola. Através da produção de lã, com a criação de carneiros nas áreas rochosas, surgiu a alternativa econômica da região com base na produção de tecidos, culminando na Revolução Industrial. (ZAMPIERI, 2020).

Narayan (2000 *apud* CRESPO, 2002) busca ampliar o conceito de pobreza, incorporando em suas análises uma visão humana e social através de entrevistas

com indivíduos pobres de várias partes do mundo sobre as suas opiniões em relação ao que é ser pobre. Narayan (2000 *apud* CRESPO, 2002) conclui que os pobres têm uma visão que o seu bem-estar está relacionado a cinco dimensões: bem-estar material, bem-estar físico, segurança protetora, liberdade de escolha e de ação e boas relações sociais.

Para a maioria dos entrevistados, o bem-estar material está relacionado à falta de comida, abrigo e vestimenta, moradia precária e fontes de subsistência incertas. A disponibilidade de alimentos ao longo do ano e posse de ativos, terras para moradores de áreas rurais e capitais para iniciar um negócio para moradores de áreas urbanas, também foram mencionados como sinônimos de bem-estar. No quesito bem-estar físico, a boa saúde, força e aparência são importantes. Para muitos pobres, o corpo é seu principal “ativo”. Entretanto, as péssimas condições de vida somadas com a pobreza material acabam por deixar seu corpo mais vulnerável a doenças. Pessoas mais pobres têm propensão a ficar doentes por mais tempo e têm menos condições de arcar com os custos dos seus tratamentos em relação aos mais ricos. Portanto, a doença pode levar famílias à pobreza em um curto período (CRESPO, 2002).

No aspecto da segurança, os entrevistados a relacionam com a paz de espírito e confiança na sobrevivência. Essa sobrevivência não somente ligada a viver ou morrer, mas também de conseguir ter uma vida digna mesmo diante da crescente corrupção, crime, violência, falta de proteção da polícia e ausência de justiça que afetam diretamente na qualidade de vida dessas pessoas. É citada, também, a segurança de passar por desastres naturais e as incertezas do clima e das estações, sem afetar a qualidade de vida dos indivíduos, como sinônimo de bem-estar. Para os entrevistados, a lei e o acesso à justiça são vistos como aspectos necessários para o bem-estar. Já a insegurança estaria relacionada ao sentimento de vulnerabilidade. Exposição a choques, situações de estresse aumentam a vulnerabilidade e a imprevisibilidade. Os pobres acreditam que suas vidas estão se tornando cada vez mais instáveis e incertas, estando relacionado a esse sentimento o crime crescente, violência e corrupção. (CRESPO,2002)

Para muitos, o bem-estar também pode estar relacionado à liberdade de escolha, de ação e o poder de controle da sua própria vida. Para os pobres essas

características significam evitar a exploração ou qualquer tipo de tratamento humilhante perante os mais ricos da sociedade. Dentro disso também estão incluídos fatores como a capacidade de adquirir habilidades, empréstimos, educação, informação, serviços e de não voltar novamente à pobreza absoluta, suportando choques econômicos repentinos e sazonais. Em resumo, os entrevistados relacionam a corrupção, violência, subsistência insegura e falta de poder como problemas crônicos que afetam negativamente a liberdade de escolha e de ação. Por fim, a última variável a ser observada e comentada pelos entrevistados como definição de bem-estar, são os bons relacionamentos sociais na família e na comunidade. Para os pobres, ter condições de cuidar, educar, casar e dar um meio de vida às crianças tem uma importância bem grande. Os pobres citam a vergonha de pedir ajuda e aceitar a caridade de outros junto com expedição de seguir as tradições e costumes da sua cultura. É citada também a incapacidade de trocar presentes, deixando-os de fora de celebrações, casamentos e festividades que acabam por levar muitos a uma solidão que eleva o estresse psicológico. Muitos também reclamam de tratamento humilhante que sofrem por parte de guardas de supermercados, médicos, enfermeiras, professores de escolas e comerciantes. (CRESPO, 2002)

Com esses estudos, Nayaran (2000 *apud* CRESPO, 2002) acaba por definir que a pobreza na visão dos pobres é

“fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade” (CRESPO, 2002, p. 11).

Já ao analisar a desigualdade conclui-se que, como a pobreza, ela também vem sofrendo mudanças em seu entendimento e em seus conceitos durante os últimos anos. Entre 1800 e 1940, os estudos voltados para o entendimento da desigualdade estão focados na distribuição funcional de renda, dando foco na estabilidade e na extensão da desigualdade. Já entre 1940 e 1950 estudos sobre a desigualdade continuavam com o foco na distribuição funcional. Entretanto, a

importância do avanço na distribuição pessoal de renda começa a ganhar força. Nesse período também começam a surgir preocupações em relação com os efeitos da desigualdade sobre o crescimento econômico (CARVALHO, SOUZA, 2021).

Nos próximos anos, até 1960, os estudos são concentrados nas causas da desigualdade. Os estudos se dividem em dois caminhos. Primeiro, uma análise dos agregados econômicos e suas dinâmicas composicionais. Segundo, a partir de uma linha de estudo no nível macroeconômico, com pensadores como Milton Friedman e Jacob Mincer encabeçando as reflexões. A partir de 1970 até 1990 os estudos sobre desigualdade ficam focados na restrição teórica presente nas preocupações com aspectos mais técnicos de mensuração da desigualdade e questões analíticas que ficaram conhecidas como virada empírica da ciência econômica. Durante esse período ocorrem debates entre John Rawls, Robert Nozick e Amartya Sen sobre a economia da desigualdade que avançam sobre a metodologia das políticas públicas. Por fim, a partir dos anos 2000 os estudos sobre a desigualdade ampliam suas preocupações da fase anterior, levando para o centro da agenda a mensuração e os efeitos econômicos e políticos da crescente concentração de renda e da riqueza no mundo desenvolvido (CARVALHO, SOUZA, 2021).

A agenda de pesquisa em desigualdade se consolidou à medida que os problemas oriundos do aumento da desigualdade passaram a fazer parte das discussões das esferas políticas e econômicas. A globalização dos anos 1990 que aparecia como um grande estímulo para a diminuição da desigualdade entre países pobres e ricos acabou por levar esses países a um caminho oposto, com mais desigualdade entre países e dentro deles. Com isso, teóricos passaram a evidenciar como a globalização ampliou a desigualdade de renda e riqueza nos países centrais, abrindo a brecha para a ascensão econômica de pobres dos países periféricos, especificamente localizados na Ásia (CARVALHO, SOUZA, 2021).

Já nos anos 2000, ocorreu um aumento expressivo no volume e na diversidade de trabalhos e pesquisas sobre a desigualdade e as suas relações com a pobreza. A desigualdade já se consolidava como uma área que necessitava de muita atenção por parte dos economistas devido ao comportamento das variáveis macroeconômicas poderiam ser alteradas caso houvesse um aumento da desigualdade. No começo da segunda década dos anos 2000, as preocupações em

relação à desigualdade de renda voltam a aparecer, alimentadas pela grande atenção dada às grandes fortunas e aos mecanismos de transferência intergeracional de riqueza em um contexto pós-crise de 2008 (CARVALHO, SOUZA, 2021). Muito dessa preocupação também é acelerada devido ao lançamento do livro de Piketty (2014) que ganha um grande espaço na imprensa e no mundo acadêmico para a discussão sobre o tema da desigualdade.

Em seu livro, Piketty (2014) amplia a discussão sobre o capital e a sua posse no século XXI, o autor mostra empiricamente que o indivíduo que possui renda oriunda do capital terá um aumento em sua riqueza, ao longo do tempo, maior que aqueles que não possuem. Com essa afirmação, PIKETTY (2014) atesta que os retornos dos investimentos em capital são maiores que o crescimento econômico ao longo dos anos, mostrando uma nova visão sobre o capital nos dias atuais incrementada graças aos dados oriundos dos países centrais sobre a distribuição da riqueza.

A desigualdade teve uma grande consolidação em sua agenda de pesquisa, no passar dos anos, devido ao aumento do número de divulgações de dados das declarações de imposto de renda dos países centrais. Devido a esse movimento, os países satélites também começam um movimento de aumento dos seus esforços para produzir dados relacionados à distribuição pessoal de renda, mesmo não tendo o nível de transparência e veracidade altas. Com esse evento, o começo dos anos 2000 fica marcado pelas divulgações desses dados que seriam pilares importantes do surgimento da “nova economia de desigualdade” (CARVALHO, SOUZA, 2021).

As ideias da “nova economia de desigualdade”, apesar de estarem presente nos estudos sobre desigualdade há bastante tempo, acabaram sendo marginalizadas em relação ao *mainstream* da ciência econômica. Os motivos para isso estão ligados aos estudos sobre desigualdade poderem gerar agitação social, ameaçando quem está no poder. Entretanto, é muito importante a reformulação do pensamento econômico acerca das formas de distribuição da renda e da riqueza (CARVALHO, SOUZA, 2021).

Mesmo estando na margem do pensamento econômico, a economia da desigualdade tem um forte componente de política pública. As criações de políticas estão fortemente ligadas à ideia de tributação de herança e a oferta de serviços

públicos nas áreas como saúde e educação com o objetivo de diminuir a desigualdade entre os indivíduos ricos e pobres. Com esse cenário, vários pensadores teóricos da escola neoclássica de tributação repensaram as suas visões em relação ao aumento da desigualdade de renda e riqueza, a qual foi sendo desvelada à medida que os dados sobre a renda pessoal foram sendo divulgados pelos países (CARVALHO, SOUZA, 2021).

O objetivo deste capítulo foi apresentar e discutir os conceitos e definições por trás da ideia de desigualdade e pobreza. Compreende-se que essas definições vêm mudando durante os anos e, apesar de andarem juntas, elas não significam a mesma coisa. A desigualdade atualmente possui uma grande importância no debate político e econômico, sendo um dos principais assuntos tocados pelos políticos para a tentativa de angariamento de votos. Apesar de muito comentada, ela está em uma ascensão nos últimos anos, não dando sinais de queda. Hoje o mundo se encontra com países chegando a valores de máximas históricas em relação aos indicadores de desigualdade. O Brasil no que lhe concerne, segue a mesma toada mundial, encontrando-se entre os países mais desiguais do mundo atualmente: fato que será analisado no próximo capítulo.

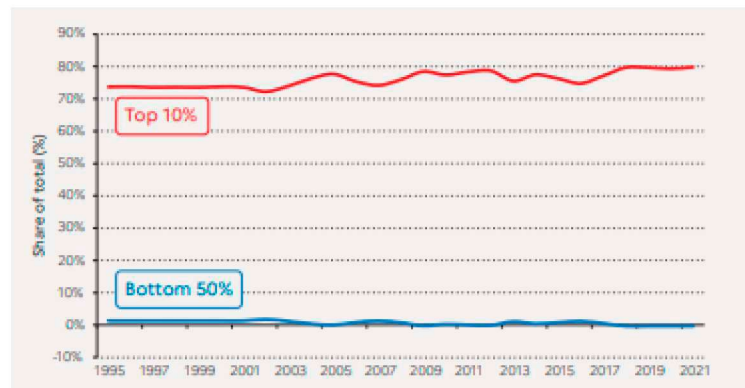
4 A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL

O Brasil, como a maioria dos outros países ao redor do mundo, vem convivendo com o aumento expressivo da desigualdade na distribuição de renda e na pobreza. Já consolidado como um país desigual, o Brasil tem um desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que acabou por excluir grande parte de sua população do acesso a condições mínimas de bem-estar (BARROS *et. al.*, 2000).

Em 2021, o Brasil possuía um PIB *per capita* de R\$ 43.680,00. Entretanto, ao analisar 50% da população mais pobre, esse valor do PIB *per capita* cai para R\$ 8.800,00, enquanto os 10% mais ricos da população possuem um PIB *per capita* 30 vezes maior, chegando a valores de R\$ 225.760,00 (ONU, 2022).

Esses valores mostram que apesar da melhora nos indicadores de desigualdade que o país vem sofrendo durante os anos de 2002 até 2015, o coeficiente de Gini cai de 0,59 em 2001 para o seu nível mais baixo em 2015 de 0,49 (CAMPELLO *et.al.*, 2018). Ou seja, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Ao compará-lo com países como a China ou EUA, observa-se que a porcentagem do PIB representada pelos 10% mais ricos da população no Brasil gira por volta dos 59%. Enquanto nesses países acima os valores se aproximam de 45% e 42%, respectivamente. Além disso, esse processo de concentração de renda vem ocorrendo desde a metade da década de 1990, junto com o contexto histórico de desregulamentação financeira e a falta de um projeto de reforma fiscal para uma melhor distribuição da renda (ONU, 2022).

FIGURA 1- DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NO BRASIL (1995-2021)



Fonte: ONU (2022, p.186)

Como pode ser observada na Figura 1, a porcentagem recebida da riqueza gerada no país pelos 10% mais ricos da população parte de próximo de 70% em 1995 para 80% em 2021, enquanto os 50% mais pobres, continuam por receber um valor próximo a 1% da riqueza gerada.

Com esse intuito, esse último capítulo tenta compreender o cenário em que se encontra o Brasil em relação à desigualdade de renda perante o restante do mundo. Além de, também, buscar compreender a percepção da população brasileira em relação aos causadores do aumento da desigualdade no Brasil.

4.1 BRASIL EM RELAÇÃO AO RESTANTE DO MUNDO

A partir da década de 1990 o Brasil começa a receber influência dos pensamentos liberais que já estavam no centro da política econômica dos países do primeiro mundo, tal como Reino Unido e Estados Unidos. Nessa época, encontrava-se na Presidência da República do Brasil o senhor Fernando Collor de Mello que iniciou um processo de privatizações e desregulamentações que se seguiram pelos governos seguintes, criando uma imagem de um Estado que prioriza o capital financeiro em relação ao trabalho (HOFF, BELLINI, 2020).

Com esse movimento de privatizações, criou-se um ambiente muito propício para a criação de uma burguesia beneficiada e fortalecida pela grande importância

que o capital financeiro ganhou durante esse período. Anteriormente a esse movimento, o Brasil vivia um período em que políticas desenvolvimentistas eram muito recorrentes durante a ditadura militar e o governo de Juscelino Kubitschek. A política desenvolvimentista, diferente da política neoliberal, caracterizava-se por metas de crescimento com intervenção ativa do Estado que tinham o objetivo de manter um padrão de consumo da população para manter os níveis de crescimento do país (HOFF, BELLINI, 2020).

Para ALVES (2014), com a eleição de Lula em 2002 e depois de Dilma Rousseff em 2010, o Brasil começa a conviver com uma nova política econômica denominada neodesenvolvimentismo. O próprio autor admite que em seu primeiro governo, o presidente Lula manteve as bases macroeconômicas liberais dos governos anteriores. Já no segundo governo, ocorreu uma guinada de visão econômica, desenhando um governo pautado em um Estado regulador e investidor, com uma disciplina fiscal e monetária junto com um grande programa de transferência de renda, caracterizado pelo neodesenvolvimentismo.

O neodesenvolvimentismo é um modelo econômico que ganhou muita importância na economia e na política brasileira na segunda metade dos anos 2000. Essa expressão não ganhou muita força entre os pensadores acadêmicos e ficou representada em nossa história econômica, durante o governo Lula, por uma modesta retomada do crescimento econômico. Após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de dificuldade, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o aumento de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial criaram uma visão onde o Brasil estaria passando por um novo ciclo de desenvolvimento (SAMPAIO, 2012).

Mesmo com diferenças significativas entre o neoliberalismo da década de 1990, o neodesenvolvimentismo pode ser colocado no bloco histórico do capitalismo neoliberal. Alves (2014) entende que os limites do neodesenvolvimentismo são os próprios limites do Estado brasileiro como Estado neoliberal de feição oligarquia-financeira, onde o capital especulativo e parasitário determina a própria lógica da governabilidade no país. Essa nova lógica de governabilidade retoma a ideia da coisa pública em um novo formato, onde está sendo incorporada a lógica do

mercado, surgindo como resultado a parceria do Estado com instituições do terceiro setor, não governamentais.

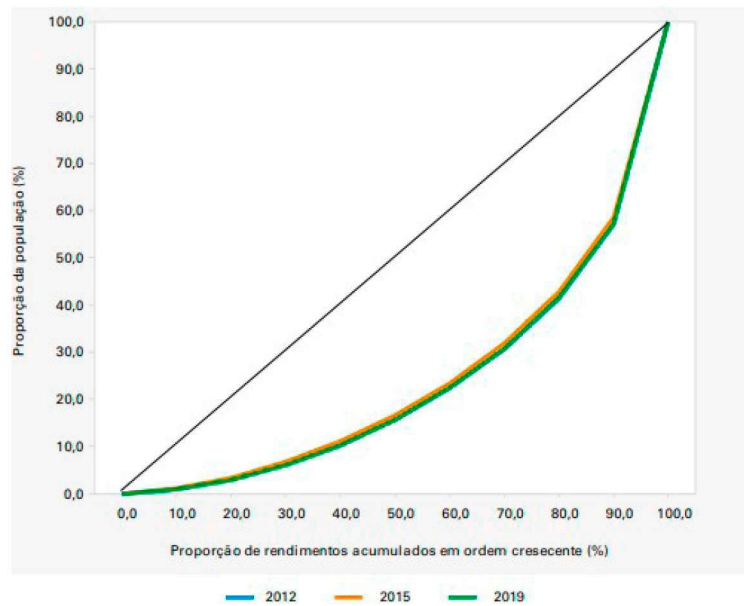
Por um lado, o neodesenvolvimentismo, na medida em que se contrapôs ao neoliberalismo, resgatou a coisa pública, procurando recuperar a capacidade estratégica de intervenção do Estado brasileiro, corroída na década neoliberal pelo primado do mercado. Entretanto, por outro lado, a coisa pública recuperada pelo neodesenvolvimentismo incorporou a sintaxe do mercado. Por exemplo, surgiram as parcerias público-privada (ALVES, 2014, p. 100).

Com o surgimento das parcerias público-privadas, é constituído um Estado que necessita parcerias com Instituições Filantrópicas, convênios público-privado, fundações, etc. para garantir o acesso às políticas públicas. Devido a isso, ocorre um movimento de mercadorização dessas políticas que deixam de se tornar processos de garantias de direito para se tornarem acesso a uma mercadoria (HOFF, BELLINI, 2020).

Após uma análise do cenário econômico e político do Brasil nos últimos 20 anos, começamos a analisar em que situação o Brasil se encontra hoje em relação aos seus indicadores de desigualdade.

Em 2019, a parcela de 10% de pessoas com menores rendimentos domiciliares *per capita* fazia parte do que representava uma parcela de 0,8% do total de rendimentos. A metade da população brasileira representava 15,6% dos rendimentos observados e os 10% com maiores rendimentos representavam 42,9% de todo o rendimento recebido pelas pessoas em 2019. Esse padrão também pode ser observado em 2012, como está sendo mostrado na Figura 2. Em 2015, também ilustrado na Figura 2, embora maior parte da curva esteja acima da curva de 2019, há uma igualdade no décimo superior, não sendo possível afirmar graficamente em qual delas a desigualdade é maior (IBGE, 2020).

FIGURA 2- CURVA DE LORENZ – BRASIL – 2012/2015/2019



Fonte: IBGE (2020, p 30).

A partir da Curva de Lorenz é constituído um dos principais indicadores de desigualdade de renda, o chamado Índice de Gini. Seu valor corresponde ao tamanho da área delimitada entre a reta de distribuição equitativa (45°). Quanto maior essa área, maior a desigualdade e o Gini, que varia de 0 (quando ocorre a perfeita igualdade) a 1 (onde é encontrada a desigualdade máxima, situação em que um ser humano recebe toda a renda de uma economia).

Assim como outros indicadores sintéticos, como o IDH, o Índice de Gini traz a fragilidade de compilar várias combinações possíveis de distribuição e da compensação cruzada desses efeitos em um único valor. Tendo em vista essa fragilidade, é sempre recomendada uma análise integrada de diversos indicadores para o acompanhamento da evolução da desigualdade (IBGE, 2020).

Uma vantagem do Índice de Gini é que, por ser amplamente conhecido, ele é muito usado para comparações internacionais entre os países, criando a possibilidade de ranqueamento e estudos a partir de uma metodologia consolidada. Segundo a Tabela 1, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes.

TABELA 1- RANKING DOS PAÍSES EM RELAÇÃO AO SEU ÍNDICE DE GINI

Países selecionados, por desigualdade de rendimentos							
Ranking	Menores desigualdades			Ranking	Maiores desigualdades		
	Países	Ano de referência	Índice de Gini		Países	Ano de referência	Índice de Gini
1	Eslovênia	2017	0,242	155	Botsuana	2015	0,533
2	República Tcheca	2017	0,249	156	Brasil	2018	0,539
3	Bielorrússia	2018	0,252	157	Moçambique	2014	0,540
4	Eslováquia	2016	0,252	158	Suazilândia	2016	0,546
5	Moldávia	2018	0,257	159	República Centro-Africana	2008	0,562
6	Ucrânia	2018	0,261	160	São Tomé e Príncipe	2017	0,563
7	Azerbaijão	2005	0,266	161	Zâmbia	2015	0,571
8	Islândia	2015	0,268	162	Suriname	1999	0,576
9	Noruega	2017	0,270	163	Namíbia	2015	0,591
10	Bélgica	2017	0,274	164	África do Sul	2014	0,630

Fonte: WORLD BANK (2020) apud IBGE (2020, p.52)

Já segundo a PNAD Contínua, em 2019, o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* do Brasil foi 0,543, maior do que o apresentado em 2012 (0,540) quando foi iniciada a série do indicador. E o valor referente a 2015 (0,524), foi o menor índice já observado na série, mostrando que atualmente estamos em um dos piores cenários em relação à desigualdade entre brasileiros.

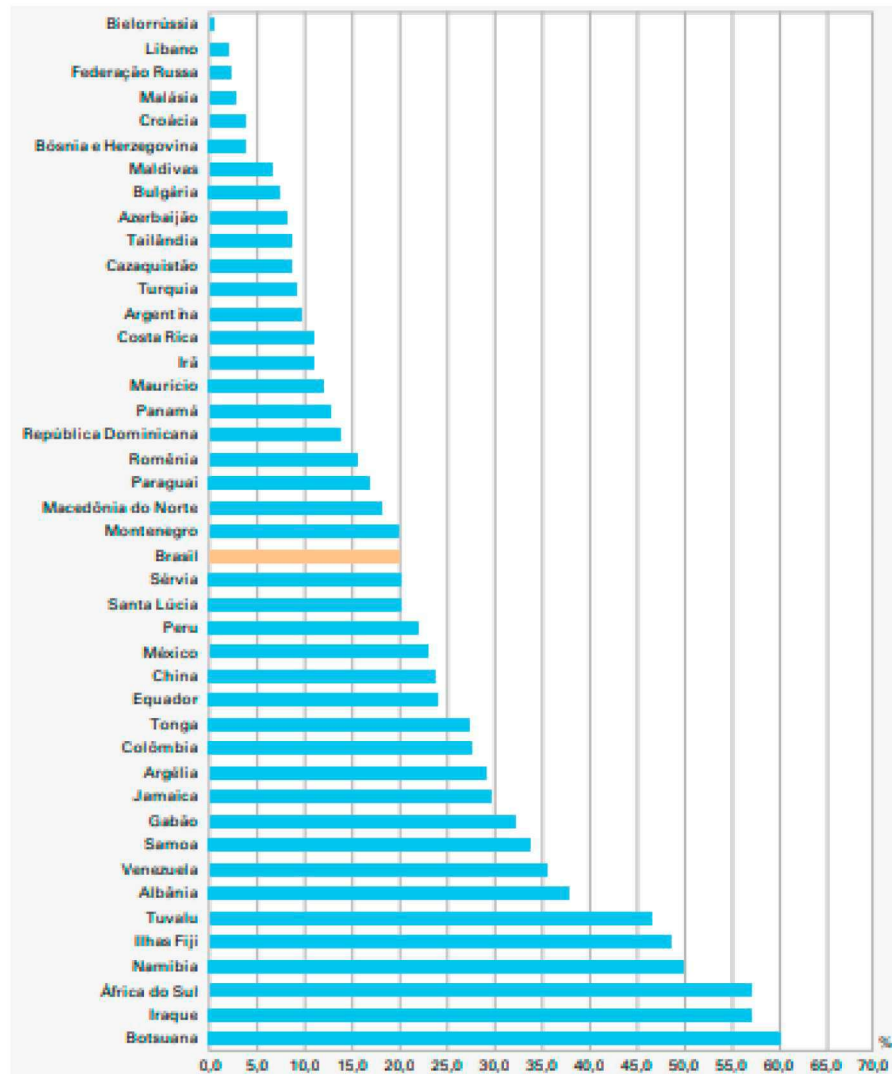
Outro meio de calcular a desigualdade é através da análise das linhas de pobreza. Essas linhas indicam a parcela da população que se encontra abaixo dela e é considerada pobre, e são muito utilizadas em países onde é necessário discutir ainda condições de vida muito precárias, como no Brasil. Essas linhas tomam por base as necessidades mínimas para subsistência das pessoas (linhas de indigência ou extrema pobreza) e, a partir da multiplicação de um coeficiente, é estimada uma linha de pobreza que deveria ser suficiente para custear os gastos atrelados a necessidades básicas como transporte e vestuário, além de alimentação. Essa visão não considera o padrão médio de vida que prevalece no país analisado e sua variação depende do valor fixado para a linha de pobreza em determinado momento e lugar. Países com um maior nível de padrão de vida utilizam-se de outras linhas

relativas para o complemento da análise, com base em um percentual da média ou da mediana dos rendimentos (IBGE, 2020).

Ao utilizar linhas absolutas na análise, se o rendimento médio da população crescer, a não ser que haja reajustes equivalentes nas linhas utilizadas, a população pobre pode permanecer inalterada ou até reduzir devido ao congelamento do limite que a separa do restante da população com rendimentos crescentes. Já é reconhecida internacionalmente a ideia de multidimensionalidade da pobreza, o que significa que a pobreza é muito mais que somente a ótica monetária e de necessidades básicas, dando uma importância também a aspectos fundamentais do padrão de vida médio da população. Esses aspectos podem ser o acesso a tecnologias de informação, a bens públicos, a garantias de direitos e, também, a própria capacidade das pessoas em transformar ativos em bem-estar, ser educado, ser saudável, ser feliz (IBGE, 2020).

Para ser possível uma comparação internacional, o Banco Mundial utiliza três linhas de pobreza, a depender do nível de renda dos países. A linha hoje considerada de extrema pobreza é fixa em US\$1,90 por dia, em termos de Poder de Paridade de Compra – PPC. Ela representa a média das linhas de pobreza encontrada em 15 dos países mais pobres classificados pelo consumo/renda *per capita*. Considerando que quanto maior o nível de renda média dos países, maior tem que ser a linha de pobreza para que a linha continue a corresponder com o nível de rendimento médio da população em questão, o Banco Mundial usa as linhas de US\$3,20 PPC para países de renda média-baixa e US\$5,50 PPC para países de renda-média alta. O Brasil pertence a um grupo com mais de 46 países. E entre os 43 países desse grupo para os quais há informação disponível na base de dados do Banco Mundial, o Brasil apresenta a 21.^a taxa de pobreza mais elevada, conforme mostra a Figura 3 abaixo (IBGE, 2020)

FIGURA 3- TAXA DE POBREZA PARA A LINHA DE US\$5,50 PPC, SEGUNDO PAÍSES DE RENDA MÉDIA-ALTA



Fonte: IBGE (2020, p. 63)

Outra análise muito importante que deve ser feita para compreender o avanço da desigualdade no Brasil, é como foi o comportamento da desigualdade durante o choque da pandemia de Covid-19. Como o país encontrava-se vulnerável devido ao aumento da desigualdade que vinha ocorrendo desde 2015, a pandemia de Covid-19 acabou por estimular uma crise econômica, social e sanitária (NASCIMENTO, 2022).

Já considerado o oitavo país mais desigual do mundo em 2018, a pandemia acabou por estimular, ainda mais, esses agravamentos de crise social e econômica.

De abril de 2020 a abril de 2021, cerca de 377 brasileiros perderam o emprego por hora, sendo que, no pior momento da crise, esse número chegou a quase 1.400 brasileiros perdendo seus empregos por hora, fazendo com que o Brasil registrasse 14,4 milhões de desempregados em abril de 2021. As empresas também sentiram a crise, fazendo com que quase 600 mil empresas falissem prejudicando ainda mais a retomada dos empregos no Brasil (NASCIMENTO, 2022).

Na tentativa de conter os impactos da pandemia, medidas emergenciais foram adotadas. A principal medida foi o Auxílio Emergencial, um programa de transferência de renda cuja cobertura atingiu 67 milhões de brasileiros (31% da população com um investimento público de R\$322 milhões, correspondente a 4% do PIB brasileiro. O auxílio teve um papel fundamental na redução do índice de pobreza do Brasil, de 11% no final de 2019 para 4,5% em agosto de 2020. Entretanto, em abril de 2021 o auxílio foi reduzido e passou a contemplar somente um pouco mais de 50% dos beneficiários de 2020, atrapalhando a sua atuação como barreira contra fome e pobreza (NASCIMENTO, 2022).

Portanto, o Brasil se encontra hoje entre os países mais desiguais do mundo. Entre 2002 e 2015 houve uma diminuição em seus indicadores de desigualdade graças a um momento de sucesso na economia brasileira, atrelado a forte políticas de transferência de renda. Entretanto, a partir de 2015 o Brasil volta para um ambiente de instabilidade econômica que estimula novamente o aumento da desigualdade.

4.2 A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO A DESIGUALDADE

Esta última seção tem o objetivo de analisar o resultado da pesquisa da Oxfan Brasil e Datafolha (2017; 2019) feita por CAVALCANTE (2020) sobre a percepção das desigualdades, especificamente a respeito da análise do conceito, diagnóstico, causas e soluções sobre a ótica da população brasileira. A pesquisa tem uma característica quantitativa e uma abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais e a aplicação de um questionário de 20 minutos de duração. A abrangência foi nacional, aplicada em 129 pequenos, médios e grandes

municípios das cinco regiões do país, com uma margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Foram entrevistados brasileiros com idade entre 16 anos ou mais, com uma amostra total de 2 mil entrevistas. Além da região e porte populacional, também foram consideradas as especificações como sexo, idade, escolaridade, cor e natureza do município (CAVALCANTE, 2020).

Para uma melhor análise dos resultados, as perspectivas foram divididas em cinco grupos de acordo com a renda individual do cidadão. a) mais baixa – até 1 salário mínimo (SM)² que corresponde a 45% da população; b) baixa – de 1 a 2 SMs, com 27%; c) intermediária – de 2 a 3 SMs, que representa 10% da população; d) alta – de 3 a 5 SMs, com 10%; e e) mais alta – acima de 5 SMs, correspondente à 4% da população. A agregação tem como objetivo a facilitação da comparação entre os grupos de indivíduos com renda individuais diferentes, dando a possibilidade de encontrar visões distintas entre os grupos (CAVALCANTE, 2020).

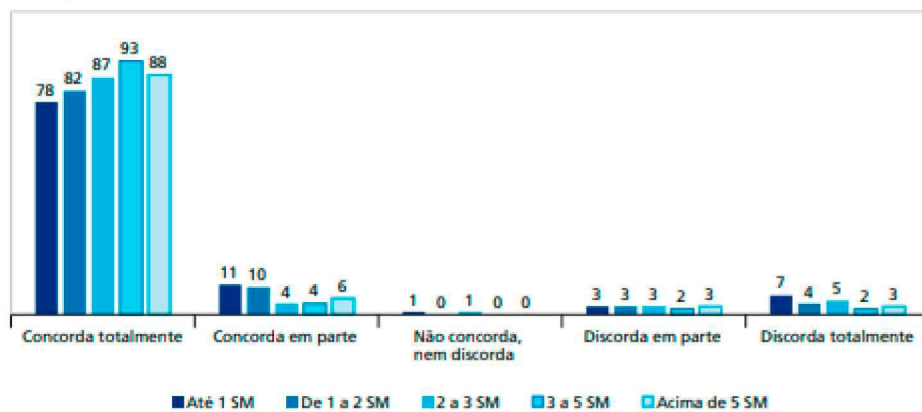
A primeira pergunta feita no questionário visou uma conceituação no seu sentido macro. Para a maioria da população, 56% informaram que a desigualdade está associada a discriminação econômica, seguida das atitudes pessoais (17%), que estão ligados a falta de preocupação com os demais e o preconceito. E, por fim, 8% acreditam que a falta de recursos e serviços está associada à desigualdade (CAVALCANTE, 2020). Essas respostas expõem uma visão da população onde a desigualdade está majoritariamente ligada a um desequilíbrio entre os padrões de vida da população, tanto no âmbito econômico, como no âmbito de raça, gênero, etc.

Ao ser perguntado em que posição o cidadão acredita que se encontra em uma escala de zero (mais pobre) a cem (mais rico) a maior parte, 88% dos entrevistados, acredita estar posicionada na metade mais pobre do país. Em 2019 esse valor se reduz para 85%. Em relação aos mais abastados, observa-se uma autoinserção nas áreas intermediárias. E até mesmo na metade mais pobre, mostrando um rompimento com a realidade, pois as classes intermediárias se consideram parte das classes mais pobres e as classes mais ricas se auto posicionam nas partes intermediárias (sempre com viés para baixo). Além dessa dissociação, 30% dos entrevistados acreditam que para estar entre os 10% mais

2 Em 2017, o valor do SM era R\$937,00; e, em 2019, o valor chegou a R\$998,00.

ricos da população seria necessário ter uma renda mensal de R\$50.000,00 (em 2019 esse número vai para 32%). Porém, ao analisar o cenário brasileiro, o indivíduo que possui uma renda de R\$ 3.000,00 mensais, em 2017, já pode estar enquadrado entre os 10% com mais patrimônio, e entre os 11% em 2019. Esse valor, logicamente, não significa que o indivíduo é notoriamente rico, sendo que esse valor é muito baixo em relação aos gastos referentes a necessidades básicas para sobrevivência (CAVALCANTE,2020)

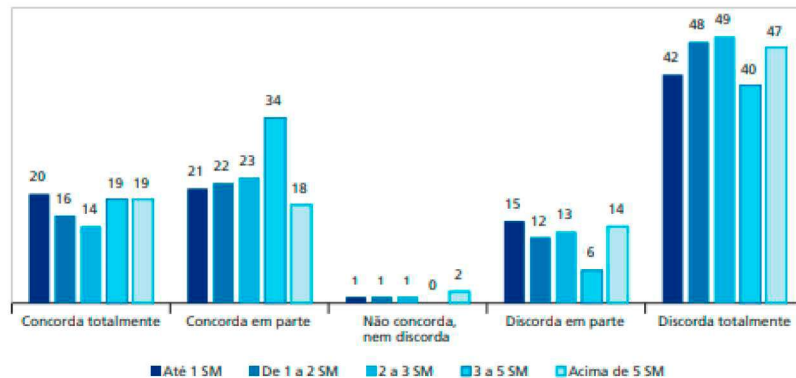
FIGURA 4- NO BRASIL, POUCAS PESSOAS GANHAM MUITO DINHEIRO E MUITAS PESSOAS GANHAM POUCO DINHEIRO



Fonte: OXFAN E DATAFOLHA (2017) *apud* (CAVALCANTE 2020, pp 15)

De acordo com a figura 4, mais de 90% da população reconhece que as desigualdades de renda no país existem. Entretanto, é notável a variação de entendimento entre os grupos. As faixas de renda mais alta, por volta de 95% acreditam na existência da desigualdade. Já na figura 5, ao avaliar se houve uma diminuição na diferença entre os mais ricos e os mais pobres, 54% dos entrevistados concordam com a afirmação feita.

FIGURA 5– A DIFERENÇA ENTRE OS MAIS RICOS E OS MAIS POBRES NO BRASIL DIMINUIU NOS ÚLTIMOS ANOS

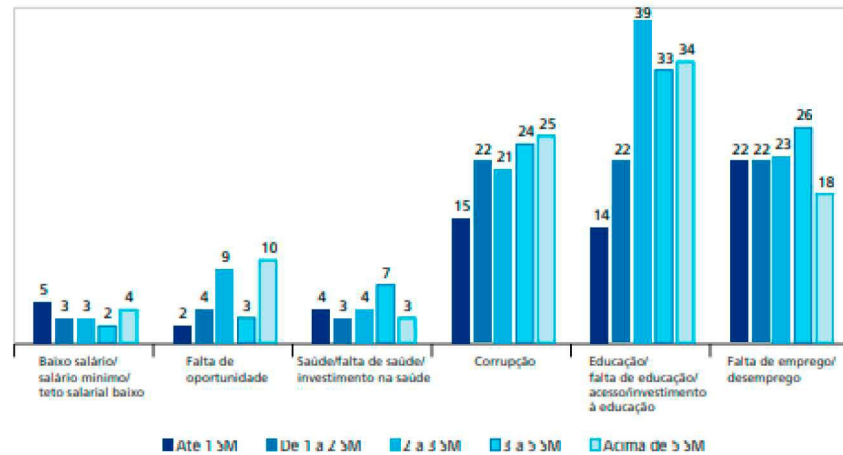


Fonte: OXFAN E DATAFOLHA (2017) *apud* (CAVALCANTE 2020, pp 16)

Pode-se observar certa simetria entre os resultados, com exceção da faixa entre 3 a 5 SMs. Essa situação, entretanto, é bastante interessante, pois nem na discussão do campo de estudo há um consenso. No começo do século, pesquisas baseadas em *surveys* domiciliares indicaram que a pobreza e a desigualdade de renda haviam diminuído devido ao crescimento da população de baixa renda. Entretanto, houve uma diminuição no credo dessas pesquisas nos últimos anos (CEPAL, 2018; LEO, 2019). Em relação ao coeficiente de Gini, desde 1998 ele vem sofrendo uma queda chegando a 0,52 em 2015. Porém, trabalhos atuais vêm incrementando novas fontes de dados às pesquisas domiciliares, como declarações de imposto de renda e contas nacionais, e conseguiram demonstrar que os padrões de desigualdade continuam altos e estáveis (MEDEIROS e SOUZA, 2013). Até estudos baseados na PNAD indicam os efeitos negativos gerados pela crise econômica que assola o Brasil desde 2014 (CAVALCANTE 2020).

Outro ponto analisado pela pesquisa se refere à visão dos brasileiros sobre as causas da desigualdade.

FIGURA 6- CAUSAS DA DESIGUALDADE



Fonte: OXFAN E DATAFOLHA (2017) *apud* (CAVALCANTE 2020, pp 16)

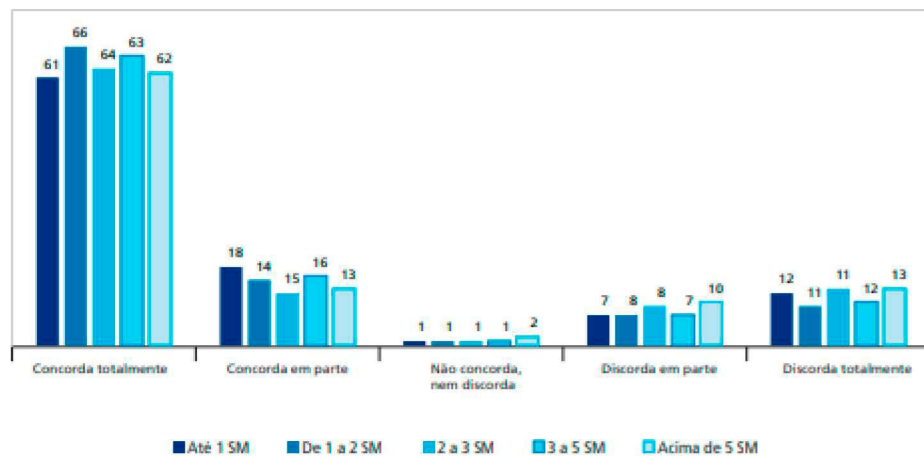
A Figura 6 mostra, em maior destaque, que os 22% culpam o desemprego, 21% a educação e 18% a corrupção como causas da desigualdade. Outras variáveis, como falta de oportunidade, saúde e o baixo SM são bem menos pontuadas. O resultado mostra um alinhamento dos brasileiros com o campo de estudo sobre o que tange às causas da desigualdade de renda. Esse caráter multicausal da desigualdade, no que tange às três variáveis mais citadas pelos brasileiros, é muito enfatizado em trabalhos como de PIKETTY (2014). Outro aspecto a ser observado é a diferença de resposta entre os grupos de renda. Os mais pobres dão muita importância ao desemprego como causa principal da desigualdade. Isso é compreensível na medida em que a oscilação da renda do trabalhador em função da inserção ou não no mercado de trabalho tende a ser muito sentida por eles. Essa sensação é mais agravada devido à pequena poupança feita por essa parcela social (CAVALCANTE, 2020).

Um fato interessante sobre a educação é que apesar de aparecer como a segunda causa mais mencionada pela população, existe uma diferença de percepção sobre a importância do seu papel como causa da desigualdade. Os mais pobres colocam a saúde em terceiro lugar em importância, com 14% das menções. Já os mais ricos, com 34%, acreditam que a educação é a principal causa de desigualdade no Brasil. Esse resultado não surpreende devido a uma crença já conhecida das elites de que a solução para a desigualdade ou da melhoria das

condições de vida dos mais pobres poderiam a vir de soluções caracterizadas pelo tipo soma zero, que significa que investimentos em educação provocaram efeitos positivos, incluindo mobilidade social, sem depender de esforços e custos diretos dos não pobres (CAVALCANTE, 2020).

O último tema abordado na pesquisa está voltado às visões da população brasileira em relação à solução para uma diminuição da desigualdade. Foram usadas como respostas às alternativas mais usuais de combate à desigualdade, articulando como essa visão se alinha com as soluções colocadas pela literatura especializada.

FIGURA 7- É OBRIGAÇÃO DOS GOVERNOS DIMINUÍREM A DIFERENÇA ENTRE AS PESSOAS RICAS E POBRES



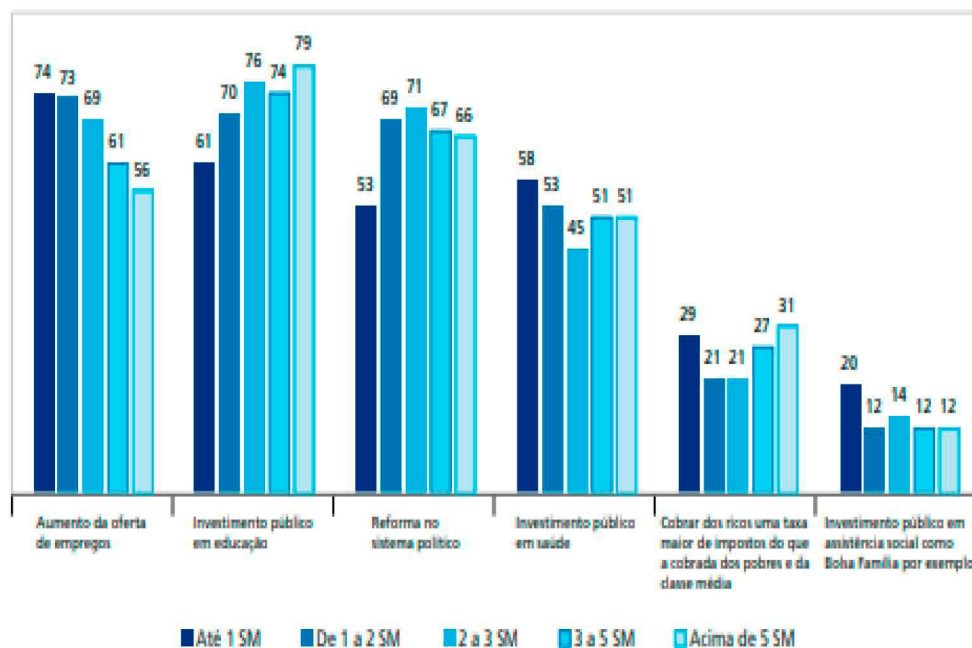
Fonte: OXFAN E DATAFOLHA (2017) *apud* (CAVALCANTE 2020, pp 23)

A figura 7 mostra que os brasileiros, em maioria, concordam que a redução da desigualdade de renda deve ser uma responsabilidade do Estado, sendo objeto de políticas públicas. Verificou-se que 80% da população concorda com a atuação do Estado, mostrando uma visão otimista de que a administração pública, através de seus instrumentos de políticas públicas pode combater a desigualdade. Não tendo dúvidas que o papel do Estado é fundamental no combate à desigualdade, o desafio principal é fazer com que o Estado atue de forma coerente nesse quesito. Principalmente nas nações latino-americanas, como o Brasil, o Estado muitas vezes

atua como vilão, implementando políticas públicas inócuas ou até gerando mais desigualdade (CAVALCANTE, 2020).

Apesar do consenso em relação à importância da ação estatal, os brasileiros, quando perguntados sobre quais seriam as melhores soluções para enfrentar a desigualdade, apresentam uma visão que envolve diferentes alternativas.

FIGURA 8– SAÍDAS PARA A DESIGUALDADE



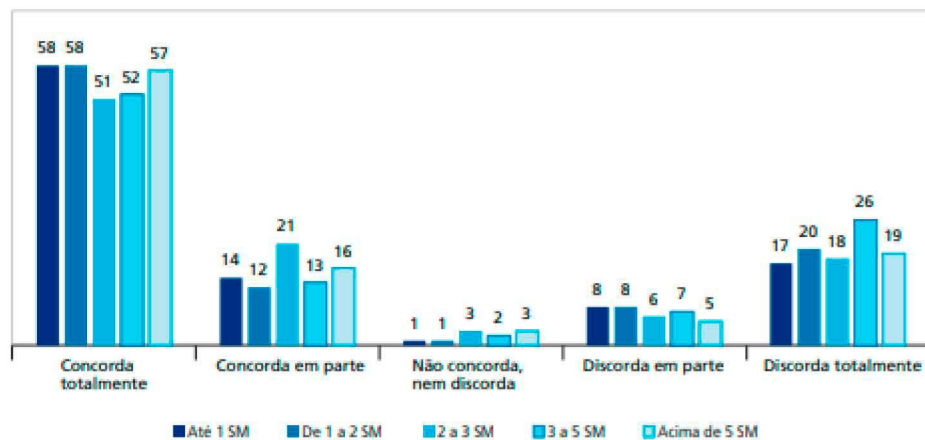
Fonte: OXFAN E DATAFOLHA (2017) *apud* (CAVALCANTE 2020, p.25)

Segundo a figura 8, às duas soluções mais citadas pelos entrevistados envolvem ações para aumento de empregos (uma média de 71%) e investimentos públicos em educação (em média 67%). A figura também consegue mostrar a discrepância de resposta entre os grupos de renda, onde os mais pobres defendem um maior auxílio na geração de empregos. Enquanto os mais ricos acreditam que investimentos em educação seria a melhor solução para a diminuição da desigualdade – estratégia que independe de custos diretos aos mais ricos (REIS, 2000).

As demais soluções citadas pela população são a reforma do sistema político, aumento do investimento em saúde, redistribuição da carga tributária e expansão da assistência social, respectivamente. Pode ser observada a disparidade de opiniões entre os grupos de renda em três das quatro alternativas acima. Os mais pobres atribuem mais importância à saúde pública e assistência social, enquanto os mais ricos reforçam a ênfase na reforma do sistema político. Esses resultados são esperados, pois os mais carentes são os principais usuários dos serviços públicos de saúde e de assistência. Pode-se compreender também que os mais ricos, por um maior acesso a informações e menor dependência das políticas públicas, colocariam uma maior importância nas reformas políticas como um caminho para a diminuição da desigualdade (CAVALCANTE, 2020).

Por fim, a pesquisa faz uma análise sobre a visão dos brasileiros sobre o sistema tributário e inesperadamente é possível compreender que os extremos concordam que deveria existir uma tributação que incidisse mais sobre os mais abastados como estratégia de combate à desigualdade. Essa constatação difere do sistema utilizado no Brasil e na maioria dos países latino-americanos que possuem um sistema tributário contaminado pela cultura do privilégio, ou seja, isenções, evasão, elisão e baixo imposto sobre a renda (CEPAL, 2018).

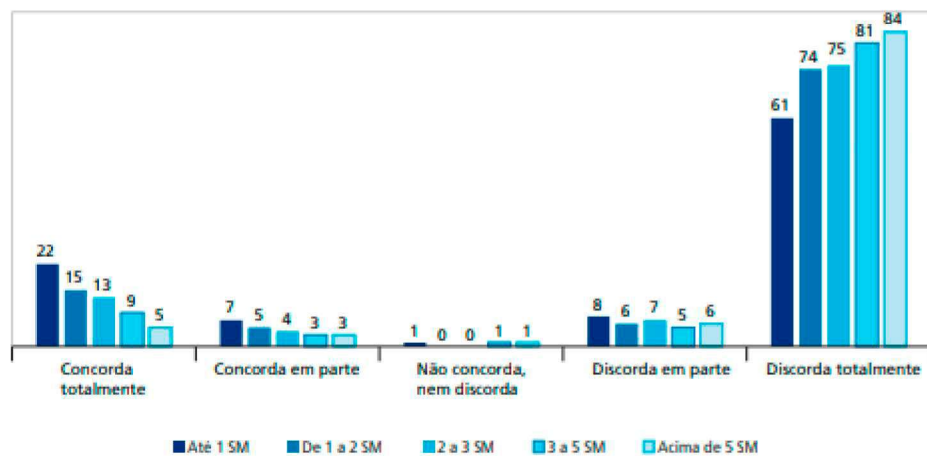
FIGURA 9- QUEM GANHA MAIS DEVE PAGAR UMA TAXA MAIOR DE IMPOSTOS DO QUE QUEM GANHA MENOS



Fonte: OXFAN E DATAFOLHA (2017) *apud* (CAVALCANTE 2020, p. 27)

Entretanto, esse posicionamento observado na figura 9 pode ser um pouco contraditório. Apesar de que três das seis soluções mais citadas na Figura 8 serem de aumento dos investimentos públicos, o brasileiro tende a não ser a favor da elevação da carga tributária, em média 75%. E verifica-se que quanto mais rica, maior a aversão dessa elevação. Isso fica claro ao observar a figura 10.

FIGURA 10- O GOVERNO DEVE AUMENTAR MAIS OS IMPOSTOS EM GERAL PARA GARANTIR MELHOR EDUCAÇÃO, MAIS SAÚDE E MAIS MORADIA PARA OS QUE PRECISAM?



Fonte: OXFAN E DATAFOLHA (2017) *apud* (CAVALCANTE 2020, p. 26)

É importante frisar que a formulação das perguntas cria uma propensão a gerar respostas mais “justas” por parte dos entrevistados. Entretanto, a visão de senso de justiça em prol de uma maior progressividade na cobrança de impostos, por exemplo, mas taxaçoão aos mais ricos, é limitado aos grupos de maior renda. Como se indicou acima, a maioria da população, mesmo os segmentos mais ricos, não se considera como integrante da elite econômica. Portanto, defendem a tributação dos mais abastados contanto que os mesmos não sejam incluídos (CAVALCANTE, 2020).

Os resultados da pesquisa foram bem interessantes. É possível observar certo alinhamento das respostas dadas pelos entrevistados e o campo de estudo em relação aos conceitos de desigualdade e as causas da mesma no país. A maioria da população também concorda que o Estado deve exercer um papel fundamental para combater a desigualdade através de investimentos e políticas públicas. Entretanto, a

população também olha com pessimismo a capacidade de o Estado modificar o cenário desigual apresentado nos dias de hoje.

É importante ressaltar, também, a importância dada pela população mais pobre ao emprego e aos investimentos governamentais na saúde e assistência social, como combate à desigualdade. Já a elite acredita que a educação e o combate à corrupção seriam os melhores remédios contra a desigualdade, mostrando uma preferência que não gere custos diretos a eles. Por fim, a tributação também é um assunto que merece destaque, pois existe uma contradição nos brasileiros ao defenderem mais investimentos públicos em políticas sociais. Ocorre que não concordam com o aumento da carga tributária. Além disso, a população defende a progressividade dos impostos, que significa que o mais rico deveria pagar mais. Entretanto, a população tende a não se considerar do grupo dos “ricos”, levando a entender que defendem essa alternativa caso isso não afete eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o objetivo geral desta monografia foi discutir o aumento da desigualdade no Brasil e no mundo desde o início dos anos 2000, tal como suas características e reflexos sobre a dinâmica da vida no âmbito do sistema capitalista, realizou-se uma revisão bibliográfica de trabalhos que discutiam o avanço da desigualdade no mundo cada vez mais neoliberal, procurando destacar como os costumes das sociedades tem sido remoldados pela hegemonia desse sistema econômico.

A questão da desigualdade ganhou muita importância nos últimos anos devido ao aumento que veio sendo observado em medidores da desigualdade no planeta. Para a administração pública ela também possui um papel muito relevante, sendo que a sua redução é até citada como um dos quatro objetivos fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). O Brasil é também signatário, junto com outras 192 nações, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que buscam a mesma meta citada na constituição (CAVALCANTE,2020). Como as recentes crises econômicas, tanto domésticas como também internacionais, culminaram com um agravamento da desigualdade e também da pobreza, uma maior pressão das sociedades buscando uma melhora nesse quesito recaiu sobre os governantes no mundo todo. É bastante visível também a evolução no campo de estudo em termos de investigações sobre mensuração da equidade, origens, impactos sobre o desenvolvimento social das nações e as alternativas de enfrentamento.

O avanço da desigualdade no mundo vem ganhando força junto com o aumento da hegemonia do capitalismo como principal sistema econômico. A característica do capitalismo de tornar o dinheiro o ativo mais importante existente no mundo redefiniu o comportamento e os costumes da sociedade atual. Atualmente, o indivíduo se condiciona a buscar incansavelmente mais dinheiro através do seu próprio mérito para poder melhorar as suas condições de vida, dando a entender que quanto mais dinheiro, mais poderoso esse indivíduo pode ser. Entretanto, essa busca incansável pelo dinheiro leva o ser humano a realizar comportamentos amorais (SMITH,2015).

Outras características muito presentes no capitalismo, como o crescimento da parcela total do capital na renda nacional, a maior remuneração advinda da renda do capital do que da renda do trabalho, a homogamia, a taxa de retorno mais alto para ativos dos mais ricos e a maior transmissão de bens e rendas também influenciaram no aumento da desigualdade.

Devido a sua grande abrangência no mundo todo, ramificações com características únicas começaram a surgir dentro do próprio capitalismo. Milanovic (2020) cita que essas ramificações se dividiram em dois tipos de capitalismo predominantes no mundo, o Capitalismo liberal, representado pelos EUA, e o Capitalismo Político, representado pela China.

O Capitalismo meritocrático liberal é conhecido pela visão do “sonho americano”, onde todos têm chances iguais de sucesso, dependendo somente da sua força de vontade. Entretanto, é no capitalismo meritocrático que através da sua liberdade extrema, a classe dominante passou a concentrar grande parte da renda gerada e também a controlar o cenário político para a continuidade do seu domínio ao longo dos anos.

O capitalismo político, no que lhe concerne, possui a característica de um Estado forte e intervencionista na economia, que busca uma administração centralizadora e eficiente com a promessa de elevados crescimentos. Entretanto, essa promessa é pouco assertiva, pois somente a China das últimas décadas teve sucesso de crescimento gerido pelo capitalismo político.

Foi também pontuada nesta monografia a diferença conceitual entre a desigualdade e a pobreza. Apesar de irmãs, elas acabam por ser variáveis bem distintas. Enquanto a pobreza está ligada à falta do que é necessário para a manutenção do seu bem-estar no sentido material, por exemplo, alimentação, roupas e outros ativos materiais. A desigualdade representa a diferença entre determinados grupos em relação a assuntos como política, economia e sociedade. É muito importante compreender também que esses dois conceitos estão em constante mudança tanto no discurso público como também na área acadêmica.

Por fim, uma análise feita sobre a desigualdade no Brasil em relação ao restante do mundo mostra que o país está seguindo os mesmos passos da maioria

dos países, ou seja, chegando a máximas históricas em relação aos seus indicadores de desigualdade. É verdade que durante 2002 e 2015 tivemos um período atípico de queda desses indicadores, mas que voltaram a sofrer pioras, levando o Brasil ao posto de oitavo país mais desigual do mundo em 2018 (NASCIMENTO, 2022).

Com essa péssima imagem do Brasil em relação aos seus indicadores de desigualdade, foi realizada uma análise de uma série de perguntas feitas pela Oxfan e Datafolha (2017, 2019) para a população brasileira sobre a desigualdade em nosso país. Essas pesquisas mostraram um alinhamento entre a população e o campo de estudo em relação ao conceito e a investigação do problema da desigualdade no Brasil. A grande parte da população também acredita ser uma função do Estado combater a concentração de renda através de políticas públicas eficientes, mesmo que exista um evidente pessimismo dessa mesma população em relação à capacidade do Estado em combater esse mal.

Essas análises das preferências e dos posicionamentos dos cidadãos são de extrema importância, pois ajuda a compreender como a administração pública deve tratar esse assunto em sua agenda governamental e mostra também o alinhamento entre a visão pública com os trabalhos realizados nesse campo de estudo nas universidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, D. B. de. O futuro do capitalismo para Branko Milanović. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol 41, nº 3, pp 555-562, jun. /set. 2021.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 3 ed. [S.L], 2020.
- ARRETCHE, M. **Democracia e redução da desigualdade no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2018.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*. vol 15, nº 42, pp 123-142, fev, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CAMPELLO, T. *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro. vol. 42, nº especial 3, pp 54-66, Novembro de 2018.
- CAVALCANTE, P. **A questão da desigualdade no Brasil: Como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer**. Brasília: [s.n.], 2020.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama social da América Latina 2017**. Santiago: [s.n.], 2018.
- ONU. **World Inequality Report 2022**. Nova York, 2022.
- CRESPINO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, São Paulo, vol 1, nº 2, pp 1-12, jul. /dez/. 2002.
- DAVIS, J. M. V.; MAZUMBER, B. **The Decline in Intergenerational Mobility After 1980**. Chicago – USA: [s.n.], 2020.
- DE CARVALHO, A. R.; DE SOUZA, L. R. A evolução conceitual da desigualdade e da pobreza no pensamento econômico. *Revista de Economia Política*, São Paulo vol. 41, nº 2, pp. 402-425, abr. /jun, 2021.
- DE VRIES, J. **The Industrious Revolution: Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HOFF, L. R; BELLINI, M. I. B. Reflexos do modelo neoliberal na condução das políticas públicas: É possível efetivar a intersectorialidade?. *In*: GUIMARÃES, G. T. D; MACIEL, A. L. S; GERSHENSON, B. **Neoliberalismo e desigualdade social: Reflexões a partir do serviço social**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2020. pp 197-216.

LATIN AMERICAN ECONOMIC OUTLOOK. **Development in Transition**. Boulogne Billancourt: Leo, 2019

LEVIN, K. et al. Overcoming the tragedy of super wicked problems: constraining our future selves to ameliorate global climate change. **Policy Sciences**, v. 45, n. 2, p. 123-152, 2012.

MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. **Gasto público, tributos e desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: [s.n.], 2013.

MEDEIROS, M. **Os ricos e a formulação de políticas de combate a desigualdade e a pobreza no Brasil**. Brasília: [s.n.], 2003.

MILANOVIC, B. **Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo**. 1 ed. São Paulo: todavia, 2020.

MILENIUM, Instituto. É preciso entender a diferença entre desigualdade e pobreza. **Revista Exame**, São Paulo, 02/10/2018. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/instituto-millennium/e-preciso-entender-a-diferenca-entre-desigualdade-e-pobreza/> . Acesso em: 10 de maio de 2022.

NASCIMENTO, J. A epidemia de desigualdade no Brasil. **Blog OXFAM**, São Paulo. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/#:~:text=Desemprego%20e%20perda%20de%20renda&text=De%20abril%20de%202020%20a,desempregados%20em%20abril%20de%202021>. Acesso em 20 de junho 2022.

OXFAM. **A desigualdade mata**. Londres, 2022.

OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. **Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil**. São Paulo: Oxfam Brasil; Datafolha, 2017.

OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. **Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil**. São Paulo: Oxfam Brasil; Datafolha, 2019.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo. vol. 15, nº. 42, p. 143-152, fev, 2000.

SAMPAIO, P. A. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. São Paulo, Dezembro 2012

SHORROCKS, A; DAVIEA, J; LLUBERAS, R. **Global Wealth Report 2021**. Credit Suisse 2021.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, (2015)

SOUZA, P. H. G. F. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. 378f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia Brasília, 2016.

SOUZA, P.H.G.F; OSORIO, R.G; Paiva, L.H; SOARES, S.S.D. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Brasília: [s.n.], 2019.

ZAMPIERI, J. **Reflexões sobre a pobreza: a miserabilidade como fruto de múltiplos fatores**. COFECON, fev. 2020. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2020/02/27/artigo-reflexoes-sobre-a-pobreza-a-miserabilidade-como-fruto-de-multiplos-fatores/> . Acesso em 03 de maio de 2022.